

Versão preliminar, para discussão no Observatório da Pobreza.
Não citar! – 15 Novembro 2005



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**PLANO DE ACÇÃO PARA A REDUÇÃO DA
POBREZA ABSOLUTA, 2006-2009
(PARPA II)**

Matrizes Operacionais

Maputo
15 Novembro 2005

Matrizes de Indicadores e Metas para a Monitoria e Avaliação do PARPA II – Pilar da Governação

Pilar	Governação
Área	Reforma do Sector Público
Sub-Área	1. Reforma Institucional
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Governo reestruturado e descentralizado para promover a eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos.	Número de instituições públicas que tem uma estrutura eficiente, descentralizada e apropriado para suas funções	Dados a ser recolhidos	Todas as instituições públicas	Planos de reestruturação preparados.	OSPs ¹	<ul style="list-style-type: none"> Número de Ministérios. Número de Governos Provinciais 		23 11			
				Reestruturação dos Ministérios e governos provinciais e distritais terminada.	OSPs	<ul style="list-style-type: none"> Número de Ministérios. Número de Governos Provinciais 		15 11	8		
				Oportunidades para ocorrência da racionalização da 'macro-estrutura' do governo analisadas, aprovadas e implementadas.	CdeM	<ul style="list-style-type: none"> Plano de racionalização preparada e aprovada. Implementação da racionalização maioritariamente (?) terminada. 			√		√
Capacidade institucional dos governos locais	Número (& %) de governos	Dados a ser recolhidos	100% Províncias	Aprovada e implementada a Estratégia e Plano	MAE; MPD; MF	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia aprovada. 		√			

¹ OSP: Organizações do Sector Público.

fortalecida.	Provinciais, Distritais e Municipais avaliada com o mínimo de capacidade necessária para a implementação das suas funções chave	s	75% distritos e Municipípios	de Descentralização								
				Desenvolvimento da capacidade dos recursos humanos a nível distrital.	MAE; GP; GD ²	<ul style="list-style-type: none"> % de governos distritais com ao menos 90% dos postos estabelecidos ocupados. % de funcionários nos distritos com as qualificações necessários para sus postos. 		B.L				
				Desenvolvimento da capacidade da infra-estrutura a nível distrital.	MAE; GP; GD	<ul style="list-style-type: none"> % e No. de governos distritais com a infra-estrutura mínima necessária. 		B.L?				
				Desenvolvimento de sistemas de planificação e monitoria a nível distrital.	MAE; MPD (DPFP ³) GP; GD;	<ul style="list-style-type: none"> % e No. de distritos implementando um sistema de planificação participativo. Número de distritos implementando um sistema de monitoria do desempenho do governo distrital participativo. 	60		90		128	
							0	10	30		128	
				Desenvolvimento de sistemas de financiamento e de gestão financeira distrital.	MAE; MPD (DPFP) MF GP; GD;	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de financiamento distrital revisto. Capacidade adequada de gestão financeira estabelecido nos distritos. 		√		√		
Fortalecimento de sistemas de gestão financeira nas instituições públicos locais.	MAE; MPD (DPFP) MF GP; GD;	<ul style="list-style-type: none"> Número de governos provinciais implementando e-SISTAFE em todos as directorias. Número de governos distritais implementando 					11	128				

² GP : Governos Provinciais ; GD : Governos Distritais

³ DPFP : Decentralized Planning and Finance Programmes.

						e-SISTAFE em todos os serviços.					
				Aprovado e implementada a Estratégia Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas, incluindo a dimensão territorial e ambiental	MAE; MPD (DPFP) MF;GD	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia aprovada. (Ver em cima) 		√			
				Concluído o diagnóstico sobre a criação de novas autarquias a luz to artigo 5 da Lei 2/97.	MAE	<ul style="list-style-type: none"> Diagnostico concluído e proposta produzida e aprovada. 			√		
Processos de prestação de serviços reformados para que sejam mais simples, acessíveis e respondíveis às necessidades do cliente	Número (e %) de serviços públicos reformadas avaliadas com melhoria significativa da qualidade de serviço.	Dados a ser recolhidos	Todos os serviços prioritários ⁴ .	Implementação de melhoramentos na eficiência de processos administrativos nos serviços de maior importância para o público.	OSPs	<ul style="list-style-type: none"> Numero de instituições públicas implementando uma programa de reforma de serviços⁵. Número de serviços reformados⁶. 	M: P: D:				
				Estabelecidos Balcões Únicos de atendimento público nos principais centros urbanos.	OSPs; MAE	<ul style="list-style-type: none"> Número de centros urbanos com Balcões Únicos (mutlisectoriais) funcionando. 	1	6			12
				Ligadas à rede	OSPs; UTICT	<ul style="list-style-type: none"> Numero de ministérios 	9	18	23		

⁴ Lista dos servicios prioritarios a ser definida.

⁵ M: Ministerios ; P: 'Governos' Provinciais ; D: 'Governos' Distritais.

⁶ SP: Serviços Prioritarias ; OS : Otros Servicios.

				electrónica do governo (GovNet) todas os ministérios, 'governos' provinciais, 'governos' distritais e municípios.		<ul style="list-style-type: none"> com LANs e conectados à rede. Número de Províncias com por lo menos 75% dos seus serviços conectados à rede. Número de Distritos com por lo menos as oficinas do Administrador e SP conectados a rede. Número de Municípios com a maioria dos seus serviços conectados a rede. 	0	5	11		
				Disponibilizadas informações e formatos electrónicos na Internet sobre os serviços de maior importância para o público.	OSPs; UTICT	<ul style="list-style-type: none"> Número (& %) de serviços públicos prioritários cobertos por websites nas instituições públicas. 	B.L ?				
				Revista e implementada a política sobre a gestão de documentos públicos.	MAE (CEDIMO); OSPs	<ul style="list-style-type: none"> Nova política aprovada. 		√			
							0	0	30	65	128
							0	0	15	33	

Sub-Área	2. Gestão de Políticas Públicas
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo	Indicador	Estado	Meta	Realizações	Responsável	Indicador de	Base	Meta	Meta	Meta	Meta
-----------	-----------	--------	------	-------------	-------------	--------------	------	------	------	------	------

Específico	de Resultados	Actual (2004)	2009	(Acções)		Produto / Execução	2005	2006	2007	2008	2009
Processos de gestão de políticas a nível sectorial e inter-sectorial fortalecidos.	§ Número de Organizações Públicas implementando processos melhorados de avaliação e planificação de políticas.	Dados a ser recolhidos	Todos os Ministérios e Governos Provinciais.	Fortalecidos os sistemas e capacidade de gestão de políticas em todos os ministérios e governos locais.	Ministérios; GPs; GDs	<ul style="list-style-type: none"> Número de Ministérios com processos de gestão de políticas formalmente estabelecidos e em funcionamento. Número de Ministérios com unidades especializadas de análises de políticas. No de OSPs produzindo relatórios de avaliação de políticas específicas. 	B.L				
				Fortalecidas as instituições e processos de coordenação de políticas públicas inter-sectoriais.	CdeM; Ministérios.	<ul style="list-style-type: none"> Plano de fortalecimento da capacidade de coordenação de políticas públicas (ao nível central e do Conselho dos Ministros) a) aprovado e b) implementado. 		a) √	b) √	b) √	

Sub-Área	3. Profissionalização dos Funcionários Públicos
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
----------------------	-------------------------	----------------------	-----------	----------------------	-------------	---------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Funcionários públicos capacitados e motivados para gerir uma administração pública eficiente e eficaz.	<ul style="list-style-type: none"> • % de quadros de nível médio e superior com requisitos mínimos necessários para os seus postos. • No de OSPs avaliadas como tendo níveis de capacidade e adequada em a) Gestao e b) Areas tecnicas. • No de OSPs onde os seus funcionarios estimen a nivel de motivacao do pessoal 	Dados a ser recolhidos	A Definir	Consolidado e expandido o SIFAP no âmbito da formação dos funcionários públicos.	MAE	<ul style="list-style-type: none"> • Número (annual) de graduados de cursos largos (basica(B); media(M); superior(S)). • a) Número de funcionarios participando em cursos cortos • b) No. médio de dias de capacitação por funcionário. • Número de dias de capacitação em gestao organizacional para os gerentes⁷. 	B M S a) ? b) ?	B ? M ? S ? a) ? b) ?	B ? M ? S ? a) ? b) ?	B ? M ? S ? a) ? b) ?
			A Definir	Planos de gestão dos recursos humanos face a perda de capacidade devido ao HIV/SIDA produzidos.	MAE; OSPs; CNCS	<ul style="list-style-type: none"> • Número de instituições públicas com plano de gestão de perdas dos recursos humanos face ao HIV/SIDA. • No de OSP com Plano Estratégico e Plano Operacional com os assuntos do HIV/SIDA incorporados. 				

⁷ D: Chefes de Departamento; R: Chefes de Directoria ; S : Secretarias Permanentes ; M : Ministros e Vice-Ministros.

	satisfatori a.										
Serviços públicos melhorados através do fortalecimento do sistema de gestão do pessoal e melhorias nas condições de trabalho dos funcionários públicos	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade e media de aplicacoes para postos na administracao publico. • Níveis de satisfação profissional dos funcionários públicos • Níveis de perda de pessoal de nível médio e superior para o sector privado. 	Dados a ser recolhidos	80%	A nova política salarial aprovada e implementada em todas as instituições públicas.	MAE; MF; OSPs	<ul style="list-style-type: none"> • O novo política salarial aprovada. • Número de ministerios implementando a política salarial. 	√	M6 P?	M23 P?		
				Aprovado e implementado o novo sistema de carreiras em todas instituições públicas.	MAE; OSPs	<ul style="list-style-type: none"> • O novo sistema de carreiras aprovada. • Número de ministerios (M) e Governos Provinciais (P) e Distritais implementando o sistema. 	√	M6 P&D?	M23 P&D?		
				Desenvolvida e implementada um único sistema de informação de pessoal em toda função pública.	MAE; MF;	<ul style="list-style-type: none"> • Novo Sistema de Informação de Pessoal disenado e programado. • No. de instituições públicas implementando o novo Sistema de Informação do Pessoal. 	√	M6 P&D?	M23 P&D?		
				Adoptadas novas políticas de gestão dos recursos humanos nas instituições públicas em respostas a problemática de HIV/SIDA e de Género.	MAE; OSPs; CNCS	Número de instituições públicas que adoptaram medidas na gestão dos recursos humanos que asseguram a observacao dos direitos laborais dos funcionários					

						portadores do HIV/SIDA.e a equidad de genero.					
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

Sub-Área	4. Planificação e Gestão dos Recursos Públicos
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Especifico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Processos de planificação, orçamentação e de controle de finanças públicas integrados, eficientes e eficazes	<ul style="list-style-type: none"> Número (& %) de Organizações do Sector Público auditadas externamente⁸ nos últimos 2 anos Número (& %) de Organizações do Sector Público com sistemas de auditoria interna funcionando. Nível media de execução do orçamento das instituições públicas. 	Dados a ser recolhidos	A definir	(Para gestao de finanças distritais – ver No.2 em cima)							
				Fortalecimento de mecanismos de financiamento dos OLEs.	MF; MAE; MPD	<ul style="list-style-type: none"> Orcamento distrital medio por habitante. Financiamento local como % de orcamento total distrital (medio). 					
				(Para a implementacao do Sistema de Planificacao e Finanças Descentralizada – ver No. 2 em cima)							
				Fortalecidas as capacidades e sistemas de planificação, monitoria e avaliação nas instituições públicas.	MPD; OSPs	<ul style="list-style-type: none"> Número de ministerios com um sistema de monitoria e avaliação enfocado em resultados em 		30%	50%	100%	100%

⁸ Por companhias privadas o por o Tribunal Administrativo

	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento 'off-budget' como % de Orcamento do Estado. 					<ul style="list-style-type: none"> implementacao. • Número instituições públicas produzindo e disseminando relatorios de desempenho em base de indicadores de resultados. 					
				Implementação de SISTAFE e e-SISTAFE em todos as instituições centrais do estado (Para instit locais ver No. 2 em cima)	MF ; OSPs	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Ministérios implementando e-SISTAFE⁹. • % do Orcamento Total annual dos ministerios gerido por e-SISTAFE. 	1			23	
				Operacionalização da Autoridade Central para a Colecta dos Impostos.	MF	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade Central formalmente estabelecida e operacional. • Valor total de taxas colectadas (como % do PIB) pela Autoridade Central de Colecta de impostos. 		√			

⁹ Mais que 50% do orcamento annual da institucao e gerido a traves de e-SISTAFE.

Sub-Área	5. Transparência e Combate à Corrupção
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	
Um sector público mais transparente, com menos corrupção e mecanismos de prestação de contas mais eficazes e inclusivos.	<ul style="list-style-type: none"> Nível de percepção da corrupção no sector público pelo (a) público b) funcionário públicos; c) sector privado. No de casos de corrupcao publica a) reportado e b) investigada. (e (b) como % de (a)). No de casos legais de corrupcao publica a) iniciado e b) terminado con sentencia (e (b) como % de (a), e duracao medio de (a) ate (b). 	Dados a ser recolhidos	A definir	Legislação de acesso a informação adoptada e implementada.	MAE	<ul style="list-style-type: none"> Lei adoptada. Nº de instituições do sector público aplicando satisfatoriamente a Lei. 		√		M? P? D?	M? P? D?	M? P? D?
				Fortalecida a capacidade da Assembleia da República (AR) e das Assembleias Municipais (AM) para monitorar o desempenho do governo.	SGAR; AMs	<ul style="list-style-type: none"> No de dias de capacitacao por representante (AR; AM) 						
				Os mecanismos de coordenação institucionais para a implementação e monitoria da Estratégia Anti-Corrupção estabelecidos e funcionando.	Comissao A-C (?); OSPs	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Anti-Corrupção aprovado e mecanismos institucionais estabelecidos. Número de instituições públicas com estratégias e planos de 		√	M? P? D?	M? P? D?	M? P? D?	

	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de supervisão da AR do implementação de Programa do Governo e dos Oes. 					anti-corrupção adoptadas (baseada na estratégia Nacional).					
				Reforçada a capacidade institucional dos sectores na implementação de medidas de Anti-Corrupção.	Comissão A-C (?); OSPs	<ul style="list-style-type: none"> • Número de instituições públicas implementando satisfatoriamente os seus planos de anti-corrupção. • Número de instituições públicas com mecanismos adequados de gestão de queixas e sugestões em funcionamento. 		M? P? D?	M? P? D?	M? P? D?	

Área	Reforma da Justiça, Legalidade e Ordem Pública
Sub-Área	Reforma Legal e de Administração da Justiça
Objectivo Estratégico	Consolidar um sistema de justiça acessível, transparente e inclusivo <i>Alternativa: Consolidar um sistema de justiça mais eficiente, eficaz, independente e acessível ao cidadão</i>
Indicador de Impacto	

Objectivos Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de produto	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Melhorar o acesso à justiça	Cidadãos com acesso á justiça			<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar e consolidar a independência dos tribunais - Aumentada a produtividade dos tribunais - Reforçada a capacidade dos serviços de inspecção judicial em inspectores, quadros de apoio e equipamento - Melhorar o acesso à justiça através das audiências, linha do procurador, linha verde e da implementação das tecnologias de informação e comunicação 	<p>TS</p> <p>PGR</p>	<ul style="list-style-type: none"> - N. de inspectores, quadros de apoio e instalados os equipamentos - N de cidadãos com conhecimento e usando estes meios 					
2. Tornar a legislação mais adequada ao bom funcionamento da administração da justiça.	<p>As novas leis que regulam a administração da justiça entram em vigor e são aplicadas</p> <p>(publicação no BR e divulgação)</p>			<ul style="list-style-type: none"> - Aprovada e implementada a Lei do sistema de administração da justiça que inclui a lei orgânica dos Tribunais Judiciais - Rever o Estatuto dos magistrados judiciais e 	<p>CdM e AR</p> <p>TS</p> <p>PGR</p> <p>TA</p>	<p>Aprovação e publicação no BR</p> <p>Número/percentagem de legislação reformada relativamente ao planificado</p>					

				<p>Estatuto dos funcionários de Justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reformada a Lei Orgânica do Ministério Público e respectivo Estatuto dos Magistrados. - Reformada a Lei Orgânica do Tribunal Administrativo - Reformada a legislação em vigor 	MJ						
3. Aumentar a eficiência e celeridade na provisão de serviços de justiça	<ul style="list-style-type: none"> - Número de magistrados, oficiais de justiça funcionários das secretárias do sector e demais pessoal da administração da justiça relativamente ao planificado - Expandida a rede judicial com a construção e reabilitação de infra-estruturas 			<ul style="list-style-type: none"> - Definida a visão e estratégia de desenvolvimento do sector a longo prazo - Actualizados os planos estratégicos e os respectivos planos operacionais em função da Visão do Sector - Assegurada a formação e aperfeiçoamento contínuo de magistrados, oficiais de justiça, funcionários das secretárias do sector e demais pessoal da administração da 	<p>CCLJ</p> <p>CCLJ</p> <p>MJ/TS/PGR</p> <p>TS</p> <p>TS, PGR, CCLJ</p> <p>CCLJ</p> <p>CCLJ</p>	<p>Publicação do documento de visão</p> <p>Documentos revistos em função da Visão do Sector e adoptado o documento sobre política, organização e desenvolvimento do judiciário</p> <p>Formação inicial e integração e de 15 magistrados e 60 oficiais de justiça . Plano de formação da PGR</p>					

<p>aos níveis provincial e distrital</p> <p>- Quantidade e qualidade da informação estatística e relatórios</p> <p>As instituições do sector integradas nas Comissões de Controlo da Legalidade e em pleno funcionamento</p> <p>Províncias com TA instalado</p> <p>N. de softwares específicos implantados relativamente ao planificado</p>				<p>justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construídas e reabilitadas as infra-estruturas para o funcionamento dos tribunais - Instalados e em funcionamento os tribunais distritais e comunitários - Introduzidos modernos instrumentos de gestão, monitoria e avaliação junto dos tribunais e procuradorias . - Introduzidos novos instrumentos de gestão financeira (SISTAFE) - Consolidadas as Comissões de Controlo da Legalidade. - Expandido territorialmente o 	<p>TA</p> <p>MJ</p>	<p>Construídos palácios de justiça das províncias de Maputo e Inhambane até 2009 e Cidade de Maputo e Zambézia até 2010</p> <p>Construídos em cada ano 8 edifícios para tribunais distritais de 2006 à 2009</p> <p>Construídas em cada ano, 8 residências para juizes distritais de 2006 à 2009</p> <p>- Número de tribunais comunitários em funcionamento relativamente ao planificado</p> <p>N. de trib. E proc. com softwares de M&A e internet</p> <p>Número/percentagem de casos resolvidos pelas CCL</p> <p>TA criados</p>					
---	--	--	--	---	---------------------	--	--	--	--	--	--

				Tribunal Administrativo		Rácio de e-mails por conservatória/cartório					
				Modernizados os serviços de registo e notariado							

Área	Reforma da Justiça, Legalidade e Ordem Pública
Sub-Área	Segurança e Ordem Pública
Objectivo Estratégico	Garantir a lei e a ordem para proporcionar segurança e tranquilidade permanente aos cidadãos e proteger sua propriedade e bens <i>Alternativa 1: Aumentar a eficiência e a qualidade de prestação de serviços de segurança e ordem pública para os cidadãos</i> <i>Alternativa 2: Garantir a ordem e segurança de pessoas e bens, o clima de paz e a tranquilidade públicas, bem como o combate eficaz da criminalidade</i>
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Resp.	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Reforçar a prevenção e combate à criminalidade	Tempo médio entre a captura e a acusação			Formular uma Política Nacional de prevenção da criminalidade	CCLJ	Política aprovada					
Elevar o desempenho da Policia de Investigação Criminal	Diminuição da taxa de criminalidade nos subúrbios pobres			- Prosseguir a reforma da Polícia de Investigação Criminal - Melhorar a qualidade do serviço da Polícia de Investigação Criminal	CCLJ PIC	Reforma aprovada Instrução preparatória mais completa Laboratórios provinciais em		X	X		

				- Apetrechar os laboratórios criminalísticos Criar o Observatório Nacional de Criminalidade	PIC MINT	funcionamento Observatório em funcionamento		X	X		
Promover acções de educação, ética e deontologia na policia	% de cidadãos que expressam confiança na Polícia, consoante os resultados de pesquisas sobre a victimização			- Elaborar a estratégia de combate à corrupção no seio da polícia	MINT	Casos de corrupção denunciados e perseguidos		X	X		
Prestar assistência às mulheres e crianças vítimas de violência doméstica				- Consolidar os mecanismos de protecção e apoio às vítimas de violência doméstica, particularmente mulheres e crianças - Criar centros de aconselhamento familiar para protecção das vítimas de violência doméstica Expandir o número de Secções capacitadas para o atendimento às mulheres e crianças vítimas de violência.	PRM e ONGs PRM e ONGs PRM e ONGs	Número de agentes capacitados para apoio às vítimas N. de centros criados e em funcionamento N. de secções capacitadas			X	X	
							X	X	X	X	X

Elevar o nível de desempenho das forças policiais.				- Implementar o Plano Estratégico da Polícia.	PRM	Monitoria e avaliação da implementação	X	X	X	X	X
				- Elevar o nível académico e formação técnico-profissional dos agentes da lei e ordem	MINT e ACIPOL	N. de agentes formados	X	X	X	X	X
Melhorar a organização institucional do MINT				Elaborar o estatuto Orgânica do MINT e o respectivo regulamento.	CM	Aprovação da Lei (D ou DL)					
Proporcionar uma adequada informação e educação aos membros da PRM	% de casos denunciados que resultam numa captura			- Assegurar o cumprimento efectivo do sistema de assistência médica e medicamentosa e garantida a assistência social dos membros da polícia	MINT e MISAU	N. de agentes que receberam assistência		X	X	X	X
				- Institucionalizar e operacinoalizar o Núcleo de Prevenção e combate ao HIV/SIDA	MINT	Elaborados Estatutos e Projectos submetidos ao CNCS			X	X	
Estabelecer uma metodologia moderna de avaliação das necessidades materiais nos diversos sectores				- Melhorar o desempenho da gestão orçamental da PRM	MINT	O orçamento é discriminado por áreas sectoriais e geográficas	X				

Criar base de dados da policia				Estabelecer os mecanismos de recolha e processamento de dados desagregados por sexo	MINT	Produzidas estatísticas fidedignas		X	X		
Instituir e construir modelos- tipo de infra-estruturas				- Melhorar as condições físicas, infra-estruturais e equipamentos das esquadras	PRM	N. de esquadras reabilitadas e apetrechadas	X	X	X	X	X
Aumentar a capacidade e cobertura nacional dos serviços de bombeiros				Expandir e modernizar os Serviços de Bombeiros	SNB	N. de serviços de Bombeiros em funcionamento		X	X		
Aumentar a operacionalidade da policia				Reforçar e apetrechar as Forças Especiais e de Reserva	PRM	Elevada capacidade e intervenção		X	X		

Matrizes de Indicadores e Metas para Monitoria e Avaliação do PARPA II – Pilar do Capital Humano

Pilar	Capital Humano
Área	Planificação
Sub-Área	Alocação de recursos
Objectivo Estratégico	Aumentar o consumo de serviços de saúde para as populações mais desfavorecidas, através duma alocação de recursos mais equitativa
Indicador de Impacto	Consumo de serviços de saúde pelas pelos pobres aumentado

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Promover a equidade na alocação de recursos	% de fundos canalizados para as zonas mais desfavorecidas (região norte do Rio Save)	59%	75%	1.1. Revisão dos critérios de alocação de recursos	DPC, DAG	Relatório produzido		X			
	% de fundos alocados aos níveis I e II (planos provinciais)	35%	50%	1.2. Garantir que guião de planificação integrada indica que 50% dos recursos devem ir para os níveis I e II	DPC, DAG	Guião de planificação integrada					
				1.3. Fortalecer diálogo com DPSs	DPC, DAG						

Pilar	Capital Humano
Área	Planificação
Sub-Área	Alocação de recursos
Objectivo Estratégico	Aumentar o consumo de serviços de saúde para as populações mais desfavorecidas, através duma alocação de recursos mais equitativa
Indicador de Impacto	Consumo de serviços de saúde pelas pelos pobres aumentado

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Atingir uma alocação de recursos territorial mais equitativa				1.1. Revisão dos critérios de alocação de recursos	DPC, DAG	Relatório produzido		X			
				1.2. Garantir uma alocação de pelo menos 50% do FCP às US's de nível I e II	DPC, DAG	Planos Provinciais anuais					

Pilar	Capital Humano
Área	Acesso
Sub-Área	Redução das barreiras à utilização de serviços
Objectivo Estratégico	Aumentar o consumo dos serviços de saúde nos grupos em que se encontravam barreiras à utilização destes
Indicador de Impacto	Consumo dos serviços pelos grupos que fazem face às barreiras de utilização dos serviços

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Fortalecer o sistema de saúde distrital	IAF, QUIB,IDS			1.1. Desenvolvimento e actualização de instrumentos de planificação e gestão de nível distrital, para garantir serviços adequados e acessíveis aos pobres	DPC, DAM, DPS, DDS	Guião desenvolvido e informação disseminada nos distritos				X	

				1.2. Realizar um estudo sobre o fortalecimento do sistema distrital de saúde em Moçambique, com destaque para uma exploração de serviços de saúde em regiões sanitárias, o desenvolvimento dum pacote básico de serviços, autonomia hospitalar	DNS	Estudo realizado						X
2. Aumentar o envolvimento comunitário na promoção e defesa da sua saúde	IAF, QUIB,IDS			2.1. Desenvolver todo um conjunto de acções tendentes à mobilização e ao envolvimento das comunidades na promoção e defesa da sua própria saúde	DPC, DAG, DAM	Estratégia de mobilização comunitária aprovada		X				
				2.2. Promover a criação de mecanismos e estruturas organizacionais no seio das próprias comunidades, que facilitem o envolvimento activo destas, na promoção e defesa da sua própria saúde e na gestão dos programas comunitários de saúde	DNS, DPC		Actividade contínua, para a qual ainda não foram desenvolvidos indicadores, dado que está representa uma actividade relativamente nova no sector saúde.					
3. Melhorar os mecanismos de protecção dos pobres	IAF, QUIB,IDS			3.1. Revisão e actualização dos mecanismos de protecção dos pobres, inclusive sistemas de pagamento	DPC, DPS, DDS, DNS, DAG	Relatório elaborado sobre o financiamento do sector						X
4. Aumentar o acesso aos serviços de saúde para mulheres em zonas mais pobres	Indicadores ainda em elaboração			4.1. Melhorar a organização dos serviços prestados as mulheres nas zonas mais pobres	DNS	Organização dos serviços para mulheres revista, tal como hora de abertura das US						
				4.2. Promover acções de formação sobre direitos das mulheres nas zonas rurais	DNS/DSC/RESP	Acções de pesquisa e actividade de formação						

Pilar	Capital Humano
Área	Acesso
Sub-Área	Rede Sanitária
Objectivo Estratégico	Aumentar o acesso aos serviços de saúde para os mais pobres, através da expansão da rede sanitária
Indicador de Impacto	Acesso geográfico às US aumentado

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Expandir a rede sanitária para as zonas mais desfavorecidas	Raio teórico de influência de cada US	14km (media nacional); Niassa e Tete: 18km; Cabo Delgado: 17km; Manica: 15km	Niassa e Tete: 16km; Cabo Delgado: 15km; Manica: 14km	1.2. Elaborar um Plano de desenvolvimento da rede sanitária, para garantir que a expansão da rede seja feita para as zonas mais desfavorecidas, e inclua pessoal qualificado colocado e apetrechamento das US	DPC, DAM, GACOPI	Plano de Desenvolvimento da Rede Sanitária elaborado		Plano elaborado e aprovado			
				1.1. Construção de pelo menos 100 US, das quais 50% para as Províncias mais desfavorecidas (Niassa, Tete, Cabo Delgado, Manica)	DAM, DPC, GACOPI	Número de US construídas*	39 (previstas)	>25	>50	>75	>100

Sub-Área	Medicina Tradicional
Objectivo Estratégico	Promover o uso da medicina tradicional para aumentar o acesso e melhorar o estado de saúde da população
Indicador de Impacto	Maior uso de remedios tradicionais eficazes na prevenção e tratamento de doenças

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações	Resp.	Indicador de	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
-----------	-------------------------	---------------	-----------	-------------	-------	--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

		Actual		(Produtos/Ações)		Produto / Execução					
1. Criar condições necessárias para promover o uso da medicina tradicional	Lei da prática da MT no País	em elaboração a proposta	Aplicação da lei	1.1. Elaboração da legislação da prática da medicina tradicional	INS/DEPM MT	Lei aprovada		até Dezembro submeter a Lei ao Governo para aprovação	Divulgação em todo o País	Implementação e aplicação	
2. Aumentar os conhecimentos na área da medicina tradicional, através da promoção da Investigação na área da medicina tradicional	Lista de medicamentos eficazes, seguros e processados no País	Início de estudos fitoquímicos, e de avaliação de eficácia de alguns medicamentos para malária e HIV	Existência de estudos publicados, e de medicamentos tradicionais de qualidade produzidos no País e comercializados	1.2 Massificação da investigação nesta área	INS/DEPM MT	Parceria com Universidades e outras instituições	Ainda no Início	Ter uma listagem de plantas usadas no tratamento de malária, HIV e diabetes com rastreio da composição química e biológica	Continuação da actividade de 2006	Continuação da actividade de 2006	Continuação da actividade de 2006
				1.3. Promoção de cultura e processamento de medicamentos tradicionais		Existência de campos de cultura e envolvimento de camponeses na cultura de plantas medicinais		Ter campos de cultivo em algumas províncias de plantas com eficácia comprovada no tratamento da malária avaliadas	Ter campos de cultivo em algumas províncias de plantas com eficácia comprovada no tratamento da malária, HIV e diabetes avaliadas	Continuação das actividades dos anos anteriores e promoção da sua industrialização	Existência de indústrias processadoras no País
				1.4. Elaboração da lei sobre Direito de Propriedade de conhecimento local		Existência de lei que protege os D. P de Conhecimento indígena		Elaboração da proposta	Divulgação e implementação da lei		
3. Institucionalização da Med. Tradicional	Criação duma estrutura física para organizar e coordenar a actividade dos PMT's	aprovada a Política da Medicina Tradicional	Integrar a prática da Med Trad. No Sistema Nacional de Saúde	3.1. Discussão sobre o tipo de instituição a ser criada	INS/MISA U	Instituição criada		Discutir o tipo de estrutura física adequada para a integração da Med. Trad. No Sistema Nacional de Saúde	Registrar os PMT's de acordo com a especialidade e tipo de actividade	Continuar com o registo dos PMT's de acordo com a especialidade e tipo de actividade	Continuar com o registo dos PMT's de acordo com a especialidade e tipo de actividade
				3.2. Estender esta estrutura nas províncias				Criação da Instituição	Criar infra estruturas nas Províncias		

Pilar	Capital Humano
Área	Acesso

Sub-Área	Reforço do SNS										
Objectivo Estratégico	Aumentar o acesso a serviços de saúde de qualidade para toda a população										
Indicador de Impacto	Serviços de saúde de qualidade disponíveis à toda a população e iniquidades entre zonas urbanas e rurais reduzidas										
Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações	Resp.	Indicador de	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
				(Produtos/Acções)		Produto / Execução					
1. Melhoria da infra estrutura básica e apetrechamento das US existentes				1.1. Realizar as actividades necessárias para cumprir as normas nas US quanto ao abastecimento de água e sistema de saneamento	DAM, GACOPI, DPSs, US	% Hospitais com sistema de abastecimento de agua corrente suficiente para 24 horas	Nao existem normas. Abastecimento 24 horas em menos de 80% dos Hospitais	Elaboradas Normas. Agua canalizada suficiente 24 horas nos HCs e 50% dos HPs	Agua canalizada suficiente 24 horas no 100% dos HPs e 20% dos HRs	Agua canalizada suficiente 24 horas no 100% dos HPs e 50% dos HRs	Agua canalizada 24 horas no 100% HC e HP, 80% HR
				1.2. Reabilitação dos hospitais, com destaque para HR	DPC- GACOPI, DPSs, DAM	Hospitais em reabilitação	Em reabilitação 1 HP.	Inicio de reab parciais de 3 HC, 4HP, 6 HR e 2 HG	Inicio de reab parciais de 2HP e 6 HR	Inicio de reab parciais de 4 HR	Todos os HC e HP em condições aceitáveis, 50% HR em condições aceitáveis
				1.3. Equipamento e colocação de RH necessários nas US para cumprir com o Diploma Ministerial 127/2002	DAM, DAG, GACOPI, DPC, DRH, DPSs, USs	Percentagem dos CS com os recursos adequados	Nao existem CS com os recursos adequados para o seu nível	10% CS com os recursos necessários	20% CS com os recursos necessários	30% CS com os recursos necessários	40% CS com os recursos necessários
2. Aumentar o acesso aos serviços especializados básicos				1. 1.Reforçar os serviços especializados básicos existentes nos Hospitais	DAM, DRH, DPSs	% dos hospitais com quadro de pessoal especializado adequado	Nenhum Hospital com quadro completo		Todos os HC e HP com 100%, HR com 15%		Todos os HC e HP com 100% de pessoal. 30% dos HR com 2 técnicos ou 1 médico e 1 técnico
				1.2. Aumentar a oferta de serviços especializados básicos em US periféricas e rurais	DAM, DRH, DAG, CMAM		Em processo de expansao		Todos HP Oit 50% CI, 50% HR com TARV		Todos os HP com Servicos de Oftalmologia e Cuidados Intensivos. 100% dos HR com 1 Servico especializad o médico e 1 cirúrgico. Todos os HR e 5% CS com TARV

				1.3. Optimização do sistema de referência entre US	DAM, DSC, DAG, DPSs, USs					Todos os HC, HP e 50% HR com sistema de transporte e comunicação adequado	Todos os HC, HP, HR e 30% dos CS com sistema de transporte e comunicação adequado
--	--	--	--	--	--------------------------	--	--	--	--	---	---

Pilar	Capital Humano
Área	Transversal
Sub-Área	Genero
Objectivo Estratégico	Melhorar o acesso aos serviços de saúde para mulheres
Indicador de Impacto	Estado de saúde das mulheres melhorado

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Prevenir e combater actos de violência e abuso sexual contra mulheres, e apoiar as vítimas de violência e abuso sexual	Número de actos de violência e abuso sexual contra mulheres reduzido	Não existe		1.1. Fortalecer os sistemas de informação a nível das comunidades sobre direitos da mulher	Unidade de Género/Direcção Nacional de Saúde	Percentagem de Direcções Distritais de Saúde e Unidades Sanitárias em que a informação é disseminada	Não existe	10%	15%	20%	25%
2. Apoiar as vítimas de violência e abuso sexual incluindo apoio psico-social	Apoio às vítimas oferecido	Existe, mas dados não sistematicamente recolhidos		2.1. Fortalecer os mecanismos de apoio às vítimas de violência e abuso sexual incluindo apoio psico-social	Unidade de Género/DNS	% dos casos para os quais mecanismos de apoio existem e são utilizados	Não existe informação sistematizada	10%	15%	20%	25%
3. Atingir maior equidade e igualdade de género				2.2. Reforçar os actuais mecanismos institucionais e estruturais de integração de género	Unidade de Género	% de integração da perspectiva do género a todos os níveis	25%	35%	45%	50%	75%

Pilar	Capital Humano
Área	Cuidados de saúde primários
Sub-Área	Doenças epidémicas em situações de emergência
Objectivo Estratégico	Reduzir o impacto das doenças epidémicas em situações de emergência, para minimizar os efeitos desastrosos sobre a população, principalmente os mais vulneráveis
Indicador de Impacto	Impacto das doenças epidémicas reduzido

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Desenvolver estratégias de prevenção da cólera, meningite e outras doenças de carácter epidémico e passar a sua implementação em todo o território nacional	Estratégia de prevenção da cólera, meningite e outras doenças de carácter epidémico desenvolvida e implementada	Não existe	X	1.1. Melhorar a capacidade de detecção precoce das doenças com potencial epidémico, através da intensificação da vigilância epidemiológica.	DEE	Relatório produzido		Relatórios regulares produzidos			
				1.2. Aumentar a capacidade do laboratório no diagnóstico das principais doenças epidémicas (Cólera, Disenteria e Meningite)	DEE	Laboratórios equipados com reagentes, meios de transporte, etc.					
				1.3. Garantir capacidade técnica e infraestrutural para o tratamento das principais doenças epidémicas.	DRH, DEE						

				1.4. Formação de uma equipe central e provincial de choque para emergências	DEE	Equipe formada	X					
				1.5. Fortalecer a colaboração com o sector de água e saneamento para melhorar a qualidade e reduzir os riscos	DEE							
				1.6. Envolver a comunidade na gestão dos riscos e promover sistemas de controlo de qualidade com base na comunidade	DEE							

Pilar	Capital Humano
Área	Transversal
Sub-Área	HIV/SIDA
Objectivo Estratégico	Redução da prevalência e do impacto do HIV/SIDA em Moçambique
Indicador de Impacto	Prevalência e impacto do HIV SIDA em Moçambique reduzido

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009*	Realizações (Produtos/Accões)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007*	Meta 2008*	Meta 2009*
1. Redução do número de novas infecções pelo HIV, do nível actual de 500 por dia, para 350	Número de novas infecções reduzido	500 por dia	x por dia	1.1. Estimular e coordenar acções de informação, educação e aconselhamento a nível das comunidades	MISAU em coordenação com CNCS	Estudos CAP realizado (conhecimentos, atitudes e práticas)				X	
				1.2. Melhorar o depiste de sangue e seus derivados	MISAU em colaboração com CNCS	% de amostras testadas	100%	100%	100%	100%	100%
				1.3. Melhorar medidas de bio-segurança dos procedimentos a todos os níveis	MISAU em colaboração com CNCS	Número de transfusões seguras realizadas					
				1.4. Garantir a distribuição de preservativos em todo o país	MISAU em colaboração com CNCS	Preservativos distribuídos	31.600.000	35.400.000			
2. Redução da taxa de prevalência de HIV nos jovens 15-19 anos, dos 5.4% registados em 2002, para 4%	Taxa de prevalência de HIV nos jovens 15-19 anos	5,40%	x%	2.1. Aumentar o acesso dos adolescentes e jovens a serviços para eles orientados de acordo com as suas necessidades e interesses, de forma a contribuir para mudança de comportamento sexual	DSC, DEE	Número de utilizadores de SAAJ	160.000	220.000			
				2.1. Aumentar o acesso das adolescentes e jovens a serviços para elas orientados de acordo com as suas necessidades e interesses, de forma a contribuir para mudança de comportamento sexual	DSC, DEE	% de raparigas que utilizam SAAJ	Ainda não existe um indicador separado para as raparigas				
				2.2. Estimular e coordenar acções de informação, educação e aconselhamento dirigidos aos jovens a nível das comunidades		Inquérito Nacional de comportamento sexual para adolescentes e jovens			X		
3. Aumentar o número de utilizadores das consultas de diagnóstico e tratamento das ITS	Número de utilizadores das consultas de diagnóstico e tratamento das ITS	685.000	x	3.1. Reforçar a abordagem síndrome das ITS, inclusive: revisão e actualização dos algoritmos e protocolos de tratamento (tendo como base os resultados do estudo sobre a validação da abordagem síndrome), revisão e actualização das normas de tratamento das ITS, assegurar stocks e aprovisionamento adequados de medicamentos eficazes para o tratamento das ITS	MISAU						

4. Aumentar a percentagem de doentes beneficiários da profilaxia e tratamento das infecções oportunistas	percentagem de doentes beneficiários de profilaxia e tratamento das IO	31,50%	x	4.1. Aumentar a capacidade das US para o diagnóstico da SIDA e tratamento das doenças oportunistas relacionadas à mesma	MISAU	Número de GATVs	76	150				
				4.2. Aumentar o acesso aos serviços de testagem e aconselhamento	MISAU	Número de utilizadores dos GATV	135.000	384.000				
				4.3. Garantir o tratamento e profilaxia das infecções oportunistas	MISAU, CNCS	% de doentes que recebem tratamento das doenças oportunistas junto com a profilaxia	35%	45%				
5. Prolongar e melhorar a qualidade de vida das pessoas infectadas pelo HIV e dos doentes de SIDA	Vida das pessoas infectadas pelo HIV e dos doentes do SIDA melhorada e prolongada	???	???	5.1. Coordenar a prestação de cuidados domiciliários com conteúdo de cuidados médicos	MISAU	Número de infectados pelo HIV que recebem cuidados domiciliários	11.000	50.000				
6. Aumentar a cobertura na prevenção do HIV/SIDA e seus efeitos para mulheres	Cobertura na prevenção do HIV/SIDA e efeitos reduzidos para mulheres			6.1. Aumentar o acesso ao TARV para mulheres, principalmente nas zonas rurais	MISAU, CN	Número de mulheres que recebem TARV	Indicador ainda não foi definido					
				6.2. Expandir mecanismos de informação e melhorar a qualidade de informação e mensagens dirigidas a rapazes e raparigas em zonas rurais	MISAU, CN	CAP				X		
				6.3. Reforçar a IEC das jovens e mulheres em todas as US no que concerne às ITS/HIV/SIDA, através da distribuição de material de educação e formação nas US	MISAU, CN	% de US em material educativo foi distribuído						

* Nota: O MISAU entende que a determinação das metas a partir de 2007 podera ocorrer apos a avaliação da implementação do Plano Estrategico do HIV-SIDA (PEN-ITS/HIV-SIDA).

Pilar	Capital Humano
Área	Cuidados de saúde primários
Sub-Área	Lepra
Objectivo Estratégico	Erradicar a lepra de Moçambique
Indicador de Impacto	Doença não existente no país

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Reduzir a taxa de prevalência da Lepra para níveis que constituem um problema de saúde pública	Documentação de certificação		Finalização de toda a documentação nacional de certificação	1.1. Melhorar a cobertura geográfica e funcional do programa	DEE	Voluntários capacitados capazes de tratar a lepra correctamente					Voluntários capacitados capazes de tratar lepra correctamente e em todas as comunidades e todos os PS onde estão
2. Atingir a taxa de cura (alta de tratamento) de pelo menos 85% dos casos	% de casos tratados	89%	85%	2.1. Levar a cabo uma busca activa de todos os casos suspeitos para diagnóstico e tratamento							

Pilar	Capital Humano
Área	Cuidados de saúde primários
Sub-Área	Malária
Objectivo Estratégico	Reduzir progressivamente o peso da malária em Moçambique

Indicador de Impacto **Taxa de prevalência de parasitémia malárica e de letalidade reduzida em crianças e mulheres grávidas**

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Garantir que pelo menos 50% dos que correm risco de contrair malária possam beneficiar da combinação mais adequada de medidas de protecção pessoal e colectiva	Percentagem de pessoas que correm risco de contrair malária que beneficiam de protecção	18%	50%	1.1. Expandir rapidamente a luta antivectorial através de pulverizações intra-domiciliárias em todo o país	DEE, DPS, DDS	Percentagem da população coberta pelas pulverizações	17%				50%
				1.2. Proceder à distribuição de redes mosquiteiras tratadas e promover o seu uso, com destaque para a população vulnerável, e expandir o seu acesso as zonas mais remotas	DEE, DPS, DDS	Cobertura do uso de redes mosquiteiras nas populações vulneráveis (principalmente mulheres grávidas e crianças com menos de 5 anos)	18%			50%	
				1.3. Proceder à rápida expansão do tratamento presumptivo e intermitente às mulheres grávidas que correm risco de contrair malária	DEE, DPS, DDS	% de consultas pré-natais que administram o TIP	0%			50%	
				1.4. Promover a participação da comunidade nas questões de saneamento de meio, para que reconheçam os riscos e melhorem a gestão ambiental	MISAU, DHA, MICOA, MOPH, Municipios, MINAG						
				1.5. Promover a educação das comunidades (IEC), para aumentar os conhecimentos sobre, entre outros, pulverizações e o uso de redes mosquiteiras, daí aumentando a eficácia destas intervenções	MISAU, DS, C						
2. Redução da taxa de letalidade por malária para 6%	Taxa de letalidade por malária	7%	6%	2.1. Garantir o tratamento e seguimento adequado da malária nos doentes internados	MISAU, DA	Supervisões realizadas nas Unidades Sanitárias para garantir que o tratamento certo foi administrado e que é feito um seguimento adequado dos pacientes					
				2.2. Promover a gestão integrada dos programas do sector nas unidades sanitárias	MISAU	Supervisões integradas realizadas nas Uss					
3. Garantir o acesso rápido a um diagnóstico e tratamento correcto e de baixo custo nas primeiras 24 horas após o início dos sintomas	% de pessoas com acesso rápido e menos de 24 h a um diagnóstico e tratamento correctos da malária	Não disponível	50%	3.1. Melhorar o diagnóstico da malária, através da introdução de testes rápidos de malária em todo o país	DEE, DPS, DDS	Testes rápidos disponíveis nas Uss	Prevê-se que a introdução de testes rápidos será feita em duas fases. Numa primeira fase, que está prevista ser implementada até 2007, todas as US com médicos deverão ter acesso à testes rápidos. Numa segundo fase, cujas datas ainda não foram estabelecidas, prevê-se a introdução de testes rápidos em todos os postos de saúde				
				3.2. Expandir a promoção da saúde nas comunidades, para modificar as atitudes práticas e garantir que as pessoas reconheçam os sintomas e se dirijam às Uss, caso for necessário	MISAU	Estudo (s) de conhecimentos, atitudes, práticas (CAP) realizado (s)				X	

Pilar	Capital Humano
Área	Cuidados de saúde primários
Sub-Área	Tuberculose
Objectivo Estratégico	Redução do impacto da tuberculose em Moçambique
Indicador de Impacto	Taxa de prevalência e mortalidade pro tuberculose reduzida

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
-----------	-------------------------	---------------	-----------	-------------------------------	-------	---------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

1. Redução da taxa de prevalência da tuberculose	Taxa de prevalência reduzida	636/100.000	450/100.000	1.1. Melhorar a cobertura geográfica e funcional	DEE	Voluntários capacitados capazes de tratar correctamente a Tb					Voluntários capacitados capazes de tratar correctamente a Tb em todos os PS e todas as comunidades onde estão
				1.2. Integração dos cuidados de saúde aos tuberculosos nos cuidados de saúde primários					X		
2. Redução da taxa de letalidade por tuberculose	Taxa de letalidade reduzida	12%	8%	(ver actividades 1.1-1.2.)							
3. Aumento da taxa de sucesso terapêutico com tratamento de ciclo curto com DOT	Taxa de sucesso terapêutico aumentada	76%	85%	(ver actividades 1.1-1.2.)							

Área	Cuidados de saúde primários
Sub-Área	Saúde para os Jovens Escolares e Adolescentes
Objectivo Estratégico	Melhorar o estado de saúde dos escolares, adolescentes e jovens
Indicador de Impacto	Melhoria no estado de saúde dos escolares, adolescentes e jovens

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	
1. Aumento do número de utilizadores do SAAJ para 350.000*	Número de utilizadores do SAAJ	104.000	350.000	1.1. Expandir a rede de SAAJs para as US mais periféricas	DSC, DEE	Número de US com SAAJ	150	200	250	300	350	
				1.2. Formação contínua de provedores de saúde para oferecer serviços do SAAJ	DRH e DSC	Número de provedores de saúde formados no âmbito do SAAJ (formação contínua)	450	650	650	650	650	
				1.3. Incluir no CV formal das componentes a formação SAAJ	DRH, DSC	Formação SAAJ incluída no CV formal das componentes	Formação incluída no CV das enfermeiras SMI					Formação incluída no CV de todas as componentes
				1.4. Fortalecer a advocacia para os direitos dos jovens	MISAU, MINED, MJD	Aprovação da política para ps jovens		X				
				1.5. Implementar a estratégia de Aconselhamento e testagem voluntária nos SAAJs, como porta de entrada para outros serviços especializados em HIV/SIDA	DSC, DEE	Número de jovens que tiveram acesso ao ATV nos SAAJ	5.000	10.000	25.000	40.000	50.000	

2. Tornar acessível à todos os escolares um pacote de saúde básico sistemático, compreensivo e sustentável				2.1. Revisão da estratégia para promover a saúde escolar, melhorando os mecanismos de operacionalização, gestão e monitoria	DSC, MINED	Estratégia da saúde escolar revista	X	X			
				2.2. Tomar medidas apropriadas para a implementação do pacote básico de Saúde Escolar	DSC, MINED	% de escolas EP1 em que crianças tem acesso ao pacote básico escolar		50% (nas capitais distritais e cidades)	65%	80%	95%

*Este valor engloba todos os utilizadores, inclusive os que vem para a segunda consulta, e não apenas aqueles que fazem o primeiro contacto.
A meta para os primeiros contactos esta sendo revista no âmbito duma reflexão dentro do MISAU sobre os indicadores do PEN.

Área	Cuidados de saúde primários
Sub-Área	Saúde infantil
Objectivo Estratégico	Melhorar o estado de saúde infantil e infanto-juvenil através de cuidados aos infantes e crianças integrados
Indicador de Impacto	Melhoria no estado de saúde infantil e infanto-juvenil

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Redução da taxa de mortalidade infanto-juvenil para 135 por 1.000	Taxa de mortalidade infanto-juvenil	178 por 1.000	135 por 1.000	1.1. Empreender as acções necessárias para expandir a estratégia AIDI a pelo menos 80% das unidades sanitárias do nível primário	DSC	Estratégia AIDI implementada nas US	60%	65%	70%	75%	80% das US
				1.2. Melhorar as práticas familiares e comunitárias relacionadas com a saúde da criança	DSC	Boas práticas relacionadas com a saúde da criança verificadas nas comunidades	40%	45%	50%	55%	60%
				1.3. Formação de pessoal sobre os cuidados essenciais ao recém-nascido em 70% das US	DRH e DSC	Formações realizadas e pessoal formado	20%	30%	40%	50%	70% das US
				1.4. Implementação de método mãe canguru em todas as maternidades	DSC	Metodo implementado em todas as US com maternidades	20%	30%	40%	50%	30% adicional
				1.5. Equipar as US periféricas com maternidade com material básico e de reanimação do recém-nascido	DAM e DSC	US periféricas equipadas com material básico e de reanimação do RN	60%	65%	70%	75%	100% das US
				1.6. Promover cursos de manejo da criança grave em 100% dos hospitais de referência	DRH e DSC	Cursos efectuados e pessoal capacitado em todos os hospitais de referência	50%	60%	70%	80%	100% dos HdR
				1.7. Reforço das actividades do PAV, para aumentar a percentagem de crianças de um ano de idade totalmente imunizadas	PAV	% de crianças de menos de um ano de idade totalmente imunizadas	43,50%	55%	65%	80%	90% (pelo menos 80% em todos os distritos)
				1.8. Empreender as acções necessárias para garantir a implementação efectiva das vacinas previstas no calendário vacinal nas escolas EP1 e EP2	PAV, MINE	% das escolas EP1 e EP2 que implementam efectivamente as vacinas previstas no calendário vacinal					95% das escolas EP1 e 50% das escolas EP2

Pilar	Capital Humano
Área	Cuidados de saúde primários
Sub-Área	Saúde reproductiva
Objectivo Estratégico	Melhorar o estado de saúde da mulher através dum programa de saúde reproductiva acessível à todas as mulheres moçambicanas
Indicador de Impacto	Melhoria do estado de saúde da mulher

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
-----------	-------------------------	---------------	-----------	-------------------------------	-------	---------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

1. Reduzir a taxa de mortalidade materna intra-hospitalar para 170/100.000 nados vivos	Taxa de MM intra-hospitalar reduzida	170/100.000 nados vivos	350	1.1. Extensão e acreditação de Unidades Sanitárias capazes de oferecer Cuidados Obstétricos de Emergência básicos e completos (COEB e COEC respectivamente)	Departamento da Saúde da Comunidade e (MISAU)	número de unidades sanitárias capazes de oferecer COEB e COEC respectivamente					2.5 Unidades por 500.000 hab para COEB e 1.07 para COEC			
				1.2. Formar em serviço pessoal técnico ligado às maternidades em COEB, COEC e cuidados neonatais	DSC e DPSs	Pessoal técnico ligado às maternidades formado em COEB, COEC e cuidados neonatais				60%				
				1.3. Adequar os currícula para garantir que 100% dos profissionais formados pelos centros de formação formais sejam capazes de lidar com COE e cuidados neonatais	DRH e DSC	100% dos dos profissionais formados pelos centros de formação formais capazes de lidar com COE e cuidados neonatais				100%				
				1.3. Aumentar o número de pessoal para SMI nas Unidades Sanitárias em 30% através da formação adequada e colocação de quadros	DRH e DSC	Número de pessoal SMI nas US aumentado em 30%				30% adicional				
2. Reduzir a taxa de mortalidade materna para 350 por 100.000	Taxa de MM reduzida	408 por 100.000	350	1.4. Garantir o fornecimento de medicamentos essenciais à todas as US com maternidades	DAM e DSC	Medicamentos essenciais suficientes fornecidos à todas as US com maternidades					100%			
				Cobertura de partos institucionais*	48%	56%	2.1. Acionar mecanismos para a identificação de casos de alto risco obstétrico, de maneira a aumentar a cobertura das consultas de alto risco obstétrico em todos os CS tipo A nas zonas urbanas e CS tipo I nas zonas rurais, assim como em todos os hospitais	DSC	Cobertura das consultas de alto risco obstétrico aumentada em todos os CS tipo A nas zonas urbanas e CS tipo I nas zonas rurais, assim como em todos os hospitais					
							2.2. Sensibilizar a comunidade/ONGs para a construção de casas de mãe espera em todas as US referências das sedes distritais	DSC	Casas de mãe espera construídas em 50% das US de referência das sedes distritais					50%
							2.3. Fortalecer a componente de planeamento familiar, através das brigadas móveis							
							2.4. Fortalecer a colaboração com ONGs, como prestadores de serviços de saúde							
							2.5. Produção de material educativo para sensibilização dirigida aos formadores de opinião e pessoas com poder de decisão (homens, mulheres mais velhas) para identificarem sinais de perigo e estarem mais envolvidos em programas de saúde reprodutiva	MISAU, DSC, DDS	Material educativo produzido e distribuído aos formadores de opinião das comunidades e pessoas com poder de decisão, para que 30% dos conselhos em matéria de saúde reprodutiva sejam provenientes destes actores					
							2.6. Reforçar acções de formação das parteiras tradicionais como promotoras de saúde, para que acompanhem as mulheres às US em 50% dos casos	DSC, DRH	Parteiras tradicionais formadas e que acompanham mulheres às US em 50% dos casos					
			2.7. Promoção de pesquisas operacionais em cada uma das três demoras para posterior disseminação da informação sobre a saúde da mulher, em vista a melhorar os serviços	DSC???	Pesquisa efectuada em cada uma das três demoras					3				
			2.8. Expandir e equipar as US rurais que providenciam os serviços de SMI	DNS	Número de US rurais que providenciam SMI aumentado									
			2.9. Definir estratégias para a participação do homem nos programas de saúde reprodutiva	DNS/DSC/RESP	Maior número de homens nos serviços de saúde reprodutiva									
3. Garantir que 22% de Mulheres HIV+ e recém nascidos recebem profilaxia para a prevenção da transmissão vertical do HIV	Número de mulheres HIV+ e recém nascidos que recebem profilaxia para a PTV	2%	22%	3.1. Expandir as US com PTV , uma actividade que deve incluir a garantia de disponibilidade contínua de: reagentes para o teste rápido do HIV, ARV profiláticos	DSC, DPS, DPC, DAM	Número de US com PTV expandido	120	200	250	258	260			
				3.2. Fortalecer a estratégia de comunicação sobre o PTV nas comunidades	DSC	Disseminação de informação sobre a PTV na comunidade								

				3.3. Integrar o aconselhamento e testagem voluntária de HIV e outras actividades específicas da PTV na rotina dos serviços de SMI	DSC	Integração da testagem voluntária e outras actividades relacionadas com o PTV nas actividades de rotina do SMI						X
				3.4. Aumentar a capacidade de aconselhamento e testagem voluntária de HIV em todos os serviços SMI para todas as mulheres grávidas	DSC	Todos os serviços de SMI com capacidade de aconselhamento e testagem para todas as mulheres grávidas						X
				3.5. Assegurar que as crianças nascidas de mãe HIV+ recebem ARV profiláticos à nascença	DSC	Percentagem de crianças nascidas de mãe HIV+ que recebem ARV profiláticos à nascença	3%	10%	13%	17%	22%	

*Este indicador representa um resultado intermédio, em vista a reduzir a TMM, e que poderá ser alcançado através das acções identificadas aqui.

Sector	SAÚDE
Área	Cuidados de saúde primários
Sub-Área	Malária
Objectivo Estratégico	Reduzir progressivamente o peso da malária em Moçambique
Indicador de Impacto	Taxa de prevalência de parasiténia malárica e de letalidade reduzida em crianças e mulheres grávidas

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Garantir que pelo menos 50% dos que correm risco de contrair malária possam beneficiar da combinação mais adequada de medidas de protecção pessoal e colectiva	Percentagem de pessoas que correm risco de contrair malária que beneficiam de protecção	18%	50%	1.1. Expandir rapidamente a luta antivectorial através de pulverizações intra-domiciliárias em todo o país	DEE, DPS, DDS	Percentagem da população coberta pelas pulverizações	17%				50%
				1.2. Proceder à distribuição de redes mosquiteiras tratadas e promover o seu uso, com destaque para a população vulnerável, e expandir o seu acesso as zonas mais remotas	DEE, DPS, DDS	Cobertura do uso de redes mosquiteiras nas populações vulneráveis (principalmente mulheres grávidas e crianças com menos de 5 anos)	18%			50%	
				1.3. Proceder à rápida expansão do tratamento presumptivo e intermitente às mulheres grávidas que correm risco de contrair malária	DEE, DPS, DDS	% de consultas pré-natais que administram o TIP	0%			50%	
				1.4. Promover a participação da comunidade nas questões de saneamento de meio, para que reconheçam os riscos e melhorem a gestão ambiental	MISAU, DHA, MICOA, MOPH, Municípios, MINAG						
				1.5. Promover a educação das comunidades (IEC), para aumentar os conhecimentos sobre, entre outros, pulverizações e o uso de redes mosquiteiras, daí aumentando a eficácia destas intervenções	MISAU, DSC						
2. Redução da taxa de letalidade por malária para 6%	Taxa de letalidade por malária	7%	6%	2.1. Garantir o tratamento e seguimento adequado da malária nos doentes internados	MISAU, DA	Supervisões realizadas nas Unidades Sanitárias para garantir que o tratamento certo foi administrado e que é feito um seguimento adequado dos pacientes					
				2.2. Promover a gestão integrada dos programas do sector nas unidades sanitárias	MISAU	Supervisões integradas realizadas nas Us					
3. Garantir o acesso rápido a um diagnóstico e tratamento correcto e de baixo custo nas primeiras 24 horas após o início dos sintomas	% de pessoas com acesso rápido e menos de 24 h a um diagnóstico e tratamento correctos da malária	Não disponível	50%	3.1. Melhorar o diagnóstico da malária, através da introdução de testes rápidos de malária em todo o país	DEE, DPS, DDS	Testes rápidos disponíveis nas Us	Prevê-se que a introdução de testes rápidos será feita em duas fases. Numa primeira fase, que está prevista ser implementada até 2007, todas as US com médicos deverão ter acesso a testes rápidos. Numa segunda fase, cujas datas ainda não foram estabelecidas, prevê-se a introdução de testes rápidos em todos os postos de saúde.				

				3,2, Expandir a promoção da saúde nas comunidades, para modificar as atitudes práticas e garantir que as pessoas reconheçam os sintomas e se dirijam às Uss, caso for necessário	MISAU	Estudo (s) de conhecimentos, atitudes, práticas (CAP) realizado (s)					X	
--	--	--	--	--	-------	---	--	--	--	--	---	--

Sector	SAÚDE
Área	Doenças não transmissíveis
Sub-Área	Vigilância Epidemiológica dos Factores de Risco para as Doenças Crónico Degenerativas e Trauma
Objectivo Estratégico	Melhorar o acesso e a qualidade de vida dos doentes crónicos, através do fortalecimento dos cuidados de saúde primários e promoção de estilos de vida saudáveis
Indicador de Impacto	Proporção de doentes crónicos tratados e controlados

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Accões)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1.Redução da taxa de mortalidade (específica) por Acidentecardiovascular(AVC) nos indivíduos com mais de 40 anos	Taxa de Mortalidade específica por AVC nos indivíduos com mais de 40anos, do ano	-	10%	1.1 Elaboração Plano Nacional de prevenção e controlo das DNT/Trauma	MISAU	Elaboração do plano (Plano apresentado ao MISAU)	50	-	-	2	2
				1.2 Sensibilizar a comunidade para adopção de estilos de vida sadáveis e promoção da saúde	Dir Provinciais de Saúde	Campanhas de Sensibilização	2	4	6	8	10
				1.3 Realizar acções de sensibilização e educação dos doentes para importância da aderência ao tratamento e controlo regular	Dir. Nac. Comunicaçã o (MISAU)	Campanhas de sensibilização (Nº de Campanhas / ano)	2	5	5	6	7
				1.4 Reforçar acções de formação para técnicos de fisioterapia, clínicos (técnicos, enf., médicos)	Dir. Prov. de Saúde	Acções formativas (Nº acções formativas / ano)	3	5	5	5	5
				1.5 Promover pesquisas e disseminar informação sobre factores de riscos	MISAU/IN S/INE	Acções de Pesquisas e disseminação de informação	Acção de realização continuada				
2. Aumentar o conhecimento dos doentes sobre as doenças crónicas (Diabetes e CVD)	- % de doentes que são capazes de dizer pelo menos 4 sinais e sintomas de diabetes - % de doentes que conhecem pelo menos 3 medidas de prevenção de complicações		5%	2.1 Extensão da AMODIA a todo o país	MISAU	Número de sucursais AMODIA/ano/Prov	3	3	2	2	1
				2.2 Educação e formação de formadores a profissionais de saúde e aos próprios doentes	AMODIA	Número de profissionais e/ou doentes formados/ano/prov	-	20	40	80	100
				2.3 Promover estudos CAP							
3. Diminuição da taxa de mortalidade por acidentes de viação (rodoviário)	Taxa de mortalidade específica (número de acidentes de viação fatais ocorridos durante o ano/ número de óbitos por	38%	20%	3.1 Implementação das leis já existentes	MISAU						
				3.2 Criação de serviços de atendimento pré-hospitalar (no local do acidente)	INAV						
				3.3 Coordenação das actividades de prevenção entre os vários sectores (INAV, Ministério do Interior, MINED, MMICAS)	MINT		38	35	30	25	20
				3.4 Promoção de práticas correctas de condução de veículos, uso de cinto de segurança, etc.							
				3.5.Educação rodoviária de pões, automobilistas, alunos nas escolas, velhos							
4. Redução da violência interpessoal por grupo etário	Taxa de violência interpessoal	30,40%	10%	4.1 Formação de activistas							
				4.2 Criação de meios que permitam denunciar actos de violência (linha telefónica)							

4.3.Educação cívica

Pilar	Capital Humano
Área	Transversal
Sub-Área	Água e Saneamento
Objectivo Estratégico	Melhorar o estado de saúde da população????
Indicador de Impacto	

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Melhorar a qualidade de água abastecida às populações em particular as mais vulneráveis as grandes epidemias	Qualidade da água abastecida melhorada			1.1. Aumentar a cobertura analítica da qualidade de água abastecida as populações residentes em zonas vulneráveis e divulgar os resultados referentes a essa qualidade	DNS						
				1.2. Fortalecer os mecanismos existentes para garantir que a expansão da rede esteja estreitamente ligada com abastecimento de água	DPC, GACOPI						
				1.3. Definir estratégias nacionais do controlo sanitário a ser exercido sobre os sistemas de abastecimento de água							
				1.4. Desenvolver e promover Sistemas de saneamento a baixo custo							
				1.5. Reforçar as acções de supervisão, monitoria e avaliação das actividades de vigilância sanitária até ao nível comunitário							
				1.6. Reforçar as acções de divulgação; capacitação do pessoal técnico inspectivo a nível central e local em acções de controle de água, Inspeção e educação sanitária							
				1.7. Promover as normas básicas/boas práticas de higiene individual e colectiva							

Pilar	Capita Humano
Área	Cuidados de saúde primários
Sub-Área	Parasitoses
Objectivo Estratégico	Redução do impacto sobre a população das parasitoses
Indicador de Impacto	População menos afectada pelas parasitoses

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Redução da taxa de prevalência de parasitoses intestinais e vesicais	Taxa de prevalência de parasitoses intestinais e vesicais		metas ainda não definidas	1.1.Desenvolver um plano de acção para tratar as pessoas atingidas	DEE	Plano de acção desenvolvido				X	
2. Desenvolver uma estratégia para o combate a filariase ate 2008 e passar a implementacao em 2009 em todo o territorio nacional			X	2.1. Levar a cabo estudos e pesquisas sobre a prevalência e localização desta doença e desenvolver um plano de accao para tratamernto das pessoas atingidas	DEE						X

Pilar	Capital Humano
Área	Transversal
Sub-Área	Nutrição
Objectivo Estratégico	Melhorar o estado nutricional da população
Indicador de Impacto	Indicadores nutricionais melhorados

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
-----------	-------------------------	---------------	-----------	-------------------------------	-------	---------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

1. Reduzir a taxa de prevalência do baixo peso para a idade	Taxa de baixo peso para idade reduzida	24%	18%	1.1. Promoção intensiva do aleitamento materno intensivo pelo pessoal de saúde e agentes comunitários	MISAU	Número de mães que fazem aleitamento até os 6 meses aumentado (realização estudos)						
				1.2. Aprovação do Código de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno	MISAU	Código aprovado	X					
				1.3. Intensificação da promoção do desmame apropriado (alimentação complementar) pelos agentes comunitários e pessoal de saúde	MISAU	Reforço da alimentação complementar administrada às crianças (Realização de estudos)						
2. Redução da taxa de prevalência da malnutrição crónica (baixa altura para a idade)	Taxa de prevalência da malnutrição crónica reduzida	41%	30%	2.1. Suplementação com suplementos nutricionais proteico-calóricos de mulheres grávidas e crianças de menos de 5 anos	MISAU/Ministério da Acção Social	Taxa de cobertura de suplementos nutricionais aumentada						
				2.2. Suplementação com suplementos alimentares e nutricionais proteico-calóricos de doentes crónicos, órfãos e crianças das escolas primárias	MISAU/Educação/Acção Social	Taxa de cobertura de suplementos nutricionais aumentada						
3. Redução da taxa de prevalência da carência de iodo, sobretudo nas Províncias mais afectadas	Taxa de prevalência da carência de iodo reduzida		25%	3.1. Continuar a promoção do uso do sal iodado	MISAU/Indústria e Comércio	Teste regular e periodicamente, quanto ao seu conteúdo de iodo, o sal iodado que é comercializado						
				3.2. Desenvolvimento da capacidade de orientação nutricional	MISAU	Conhecimentos da população aumentados (inquéritos realizados)						
				3.3. Continuação e intensificação do programa de distribuição de cápsulas de óleo iodado às mulheres em idade fértil e às crianças dos 0 a 59 meses e em idade escolar (6 aos 14 anos), nas Províncias de Tete e Niassa	MISAU	Taxa de cobertura da distribuição de cápsulas						
4. Redução da taxa de prevalência da carência de Vitamina A, nas Crianças dos 6 aos 59 meses	Taxa de prevalência da carência da vitamina A em crianças dos 6 aos 59 meses	69%	40%	4.1. Continuação da administração preventiva de Vitamina A, a crianças dos 6 aos 59 meses	MISAU	Taxa de cobertura de administração preventiva da Vitamina A nas crianças dos 6 aos 59 meses	51%	58%	65%	70%	75%	
				4.2. Continuação da suplementação curativa de Vitamina A em casos de xerofalmia, de sarampo, diarreia persistente, pneumonia grave e, eventualmente, de malária.	MISAU	Taxa de cobertura da distribuição da Vitamina A aumentada						
5. Redução da taxa de prevalência da carência de Vitamina A, nas mulheres no pós parto	Taxa de prevalência da carência de Vitamina A nas mulheres no pós parto			5.1. Continuação da administração preventiva de Vitamina A, a mulheres no pós-parto	MISAU	Taxa de cobertura de administração preventiva da Vitamina A					75%	
				5.2. Continuação e intensificação da promoção do consumo de alimentos ricos em vitamina A;	MISAU/Comunicação Social/Agricultura/Indústria e Comércio	Em colaboração com outros sectores, alimentos ricos em Vitamina A promovidos (inquéritos realizados)						
6. Desenvolvimento da capacidade de investigação em nutrição	Capacidade de investigação em nutrição desenvolvida			6.1. Continuação das actividades de Vigilância Nutricional, incluindo a realização dos estudos necessários à avaliação deste Plano;	MISAU	Novos indicadores nutricionais incluídos no SIMP						
7. Reforço da capacidade de advocacia para a Nutrição	Capacidade de advocacia para a nutrição reforçada			7.1. Fortalecer o papel do sector saúde na advocacia para nutrição junto com a Indústria, Agricultura, etc...	MISAU/Agricultura/Indústria	Discussões com outros Ministérios realizadas						

Pilar	Capital Humano
Área	Financiamento do sector
Sub-Área	Atribuição de fundos ao sector
Objectivo Estratégico	Garantir um nível de financiamento adequado para a produção de serviços básicos
Indicador de Impacto	Serviços básicos prestados à toda a população

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Responsável	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
-----------	-------------------------	---------------	-----------	-------------------------------	-------------	---------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

1. Aumentar o financiamento per capita	Fundos disponíveis per capita	10USD/capita	15USD/capita	1.1. Melhorar o diálogo com o MPD para garantir uma atribuição de fundos adequada para o sector	DPC, DAG	% do OE atribuído ao sector	11%	15%	15%	15%	15%
				1.2. Continuar a colaboração com os parceiros do sector	MISAU						
				1.3. Efectuar um estudo abrangente sobre o financiamento do sector, explorando mecanismos de financiamento alternativos sustentáveis	DPC, DAG	Estudo sobre o financiamento do sector					X

Pilar	Capital Humano
Área	Financiamento do sector
Sub-Área	Gestão financeira
Objectivo Estratégico	Garantir uma maior eficiência na gestão e utilização dos fundos
Indicador de Impacto	Gestão e utilização de fundos mais eficiente

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Melhorar a execução orçamental dos fundos, passando dos actuais 62% para 90% em 2009	Taxa do grau de execução	62%	90%	1.1 Capacitar e incentivar os recursos humanos existentes	DAG	Número de técnicos capacitados					
				1.2 Descentralizar a gestão financeira	DAG	Sistema de gestão financeira descentralizado	Actividade contínua, de acordo com as actividades do MPD				
				1.3 Informatizar os processos de planificação, orçamentação, execução e prestação de contas	DAG	Processos completamente informatizados	Actividade contínua				
				1.4 Modernizar o sistema de gestão financeira	DAG	Sistema de gestão financeira modernizado	Actividade contínua				

Pilar	Capital Humano
Área	Qualidade
Sub-Área	Sistema de gestão
Objectivo Estratégico	Melhorar a qualidade dos serviços prestados nas US, através dum sistema de gestão mais eficiente
Indicador de Impacto	Melhoria da gestão nas unidades sanitárias

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Resp.	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Aumento da capacidade de gestão das Direcções das US	% directores formados em gestão	menos de 10%	Todos os Directores dos Hospitais, Directores Departamentos e Serviços nos HCs e HPs e 20% dos Directores dos CS formados	1.1. Formação dos Directores das US, Chefes dos Departamento e Serviços dos HCs e HPs em Gestão Sanitária	DAM, DRH, DPSS, USs	Nº de cursos efectuados		Directores HC, HP	40%HR, Direct Serv	100%HR, Direct Serv	HC, HP, HR, 20% CS
2. Melhoria do sistema de informação para a saúde	SIS de nível 2º e 4º em funcionamento	Em processo de aperfeiçoamento	SIS actualizado para todos os níveis	1.2. Implementação do plano para o SIS, inclusive dados desagregados por sexo	DAM, DPC, DPSS, USs	Plano de desenvolvimento do SIS implementado					X

Pilar	Capital Humano
Área	Qualidade
Sub-Área	Prestação de serviços
Objectivo Estratégico	Melhorar o estado de saúde da população, através da melhoria na qualidade dos serviços prestados nas US
Indicador de Impacto	Qualidade melhorada na prestação de serviços

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações	Resp.	Indicador de	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
				(Produtos/Acções)		Produto / Execução					
1. Reduzir a taxa de mortalidade hospitalar, através duma melhor prestação de serviços nas US	TM hospitalar	7,5%	6,5%	1. Aumentar a capacidade de Diagnóstico e Tratamento nas US	DAM, DRH, DAG, CMAM, DPSs, USs						
				2. Melhoria da Organização dos Serviços nas US, através de elaboração e actualização permanente de Normas, junto com Monitorização e avaliação permanente do cumprimento destas.	DAM, DPSs, USs	Percentagem dos Hospitais que cumprem as normas	Normas elaboradas em processo de optimização	50% Hospitais cumprem as normas	70% Hospitais cumprem as normas	90% Hospitais cumprem as normas	100% Hospitais cumprem as normas
				3. Fortalecer as medidas de biosegurança em todos os processos de prestação de serviços	DAM, GACOPI, DAG, DRH, DPSs, USs	Percentagem dos Hospitais que cumprem as normas de funcionamento de esterilização	Em processo de criação	25% Hospitais cumprem as normas	50% Hospitais cumprem as normas	75% Hospitais cumprem as normas	100% Hospitais cumprem as normas
				5. Reforçar os Serviços de Urgências nas US	DAM, DPSs, USs	Percentagem de Hospitais com Unidades de Cuidados Intensivos	Sem dados	Conhecida TM SUR nos Hospitais	Reduzir TM no SUR em 1/2 ponto de 2006	-	Reduzir TM no SUR em 1 ponto de 2006
				6. Aumento na capacidade de investigação científica nas US	DAM, USs	% de US com trabalhos de Investigação					100% HC, 50% HP, 10% HR com trabalhos de Investigação

Pilar	Capital Humano
Área	Recursos Humanos
Sub-Área	Formação
Objectivo Estratégico	Melhorar o acesso e a qualidade dos cuidados da saúde da população, através do reforço dos RH do sector
Indicador de Impacto	Número de Recursos Humanos aumentado e melhoria na qualidade dos serviços prestados

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual	Meta 2009	Realizações	Resp.	Indicador de	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
				(Produtos/Acções)		Produto / Execução					
1. Aumentar o acesso aos cuidados de saúde através da formação	Número de técnicos formados*		5448	1.1 Formar, colocar e nomear cerca de 484 técnicos de nível medior especializado, 2.107 técnicos de saúde de nível médio e 2.857 de nível básico, de forma a equilibrar as equipas de saúde aos níveis primário e secundário	Formação/DPG/DAP	Número de técnicos formados	1057	2511	3490	4469	5448
				1.2 Realizar cerca de seis cursos (Pediatria, Enfermagem Materna, Cirurgia, Administração Hospitalar, Laboratório e Nutrição) no Instituto Superior de Ciências de Saúde (ISCISA)	DRH-Formação					6 cursos realizados	
				1.3 Formar 124 Médicos Especialistas	DRH-Formação		25	50	75	100	124

2. Incentivar a formação de mulheres em zonas rurais	Indicador ainda não foi definido		2.1. Incentivar e priorizar o ingresso das jovens das áreas rurais aos cursos de saúde		As actividades que dizem respeito à promoção da igualdade do género ainda estão no início, e por isso ainda não foram determinados indicadores específicos.						
			2.2. Estender os locais de realização dos exames de admissão aos cursos de saúde para as zonas rurais	DRH							
3. Atingir maior igualdade e equidade de género	Indicadores ainda não definidos		3.1. Reforçar e incentivar a participação de mais mulheres nos órgãos de tomada de decisão a todos os níveis	DRH,							
			3.2. Promover oportunidades iguais nas carreiras profissionais	DRH	% de mulheres em carreiras profissionais	Não existe informação sistematizada	30%	35%	45%	50%	
			3.3. Integrar a componente género nos currículos de formação	DRH/ Formação	% dos currículos dos ICS e CF em que a componente género está incluída	0%	25%	50%	75%	100%	
4. Estimular os trabalhadores a melhor rendimento e daí aumentar a qualidade na prestação dos serviços	Melhoria da qualidade dos serviços prestados			4.1. Construção de casas anexas as unidades sanitárias para os trabalhadores de saúde e trabalhadores em trânsito para os locais de trabalho	DPC, GACOPI, DRH	casas anexas às unidades sanitárias construídas	0	22	44	66	88
				4.2. Construção de bairros residenciais em Maputo, Beira, Nampula	DPC, GACOPI	Bairros residenciais construídos	0				3

Área	Educação
Sub-área	Alfabetização
Objectivo Estratégico	Reduzir em 10% a taxa de analfabetismo
Indicador de Impacto	1,5 milhões de pessoas alfabetizadas

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Reduzir em 10% a taxa de analfabetismo	% de adultos alfabetizados	53%	45%	Implementação da estratégia de alfabetização e Educação de Adultos, Alfabetização com recurso à rádio	MEC	Total de pessoas alfabetizadas	53%	51%	48%	46%	44%
Reduzir a taxa de analfabetismo da mulheres	% de mulheres alfabetizadas	68%	55%		MEC	Mulheres alfabetizadas	68%	65%	62%	59%	55%

Área	Educação
Sub-Área	Ensino Primário (EP1 e EP2)
Objectivo Estratégico	Escolarização Universal
Indicador de Impacto	Taxa de Conclusão

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2005)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Aumentar a frequência no Ensino Primário de 7 classes de	Taxa líquidas de escolarização	83%	93%	Recrutamento de professores, construção de escolas a baixo custo mais próximas das	MEC	% alunos de 6-12 anos escolarizados	83%	85%	88%	91%	93%

crianças em idade escolar, com destaque para raparigas	Taxas líquidas de escolarização de raparigas	82%	92%	comunidades. e Apoio Directo às Escolas	MEC	% de raparigas de 6-12 anos escolarizadas	82%	82%	86%	89%	92%
	Construção de salas de aula	1500 salas ano	2000 salas ano		MEC/DPEC	Construção anual de salas de aula	1500	2000	2000	2000	2000
Aumentar a conclusão no Ensino Básico de 7 classes	Taxa de conclusão	34%	59%	Implementação do Novo Currículo do Ensino Básico, Formação inicial e em exercício de professores Distribuição do livro escolar	MEC	% de alunos que concluem o EP2	34%	40%	47%	53%	59%
	Taxa de conclusão de raparigas	28%	53%		MEC	% de alunas que concluem o EP2	28%	34%	41%	47%	53%
Melhorar a qualidade do ensino	Redução da relação alunos professor	68	63	Contratação de professores em numero suficiente, Implementação do novo currículo EB	MEC/MF	Redução de professores a leccionar 2 turnos no EP1	74	71	68	65	63

Área	Educação
Sub-Área	Ensino Secundário Geral
Objectivo Estratégico	Expansão de um ensino secundário relevante e de qualidade
Indicador de Impacto	Taxa bruta de escolarização

Área	Sub-Área
Sub-Área	Ensino Superior
Objectivo Estratégico	Expansão do acesso ao ensino superior
Indicador de Impacto	Ensino Superior expandido a todo o país

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Expandir oportunidades de acesso ao ensino superior	Abertura de Institutos Superiores Politécnicos nas províncias	Aprovada a abertura das 3 Politécnicas	Construídas pelo menos 3 Institutos		DCES	3 politécnicas públicas em funcionamento		Construção de 3 politécnicas superiores em Gaza, Manica e Tete			Construídas pelo menos 3 Institutos
Promover equidade social, regional e do género	Criação do Fundo Nacional de Bolsas do ES		Fundo criado e financiado		DCES	Atribuição regular de bolsas de estudo em todas as províncias		Regulamentação do Fundo de Bolsas			Fundo criado e financiado
Melhorar a qualidade e relevância do ensino	Criação de comissões especializadas de acreditação, transferência de créditos académicos	Criadas Comissões Preparatórias	Comissões criadas e em funcionamento		DCES			Criação do CNAQ	Adopção e implementação do sistema de Créditos pelas IES		Comissões criadas e em funcionamento

Área	Educação
Sub-Área	Formação de Professores
Objectivo Estratégico	Assegurar a formação de professores para todos os subsistemas de ensino
Indicador de Impacto	Sistema de formação de professores estabelecido e implementado

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Implementado um sistema de Formação inicial e à distância de professores para o Ensino Primário	Implementação da Estratégia de Formação inicial de professores	2500	4000	Criação de um sistema integrado de formação de professores para todos os subsistemas de ensino	MEC	Contratação de 80% dos professores para o EP com formação profissional	2500	3000	3300	3600	4000
	Programa de formação contínua de professores	A funcionar e 3 províncias	Em funcionamento em todo o país			MEC	90% dos professores com acesso a programas de Formação contínua	50%	60%	70%	80%

Área	Educação
Sub-Área	Áreas Transversais
Objectivo Estratégico	Assegurar a equidade no acesso e frequência ao ensino primário
Indicador de Impacto	% de mulheres directoras, prevalência de HIV/SIDA reduzida, especialmente nos 15-24 e as consequências nos alunos, funcionários e no sistema de educação reduzidas

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2005)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Assegurar a equidade de género no EP1	% de gestoras no EP aumentada	8%	16%	Contratação de professoras para exercerem cargos de direcção	MEC/DPEC	16% de cargos de direcção ocupados por professoras	8%	10%	12%	14%	16%
Implementar a Estratégia de combate ao HIV/SIDA	Expansão do período “Janela de Esperança” e redução da taxa de prevalência na faixa etária de 15-19 anos 20-24 anos	10-14 anos 5,4 % - 13,9%	10- >14 anos 4% - 10%	Desenvolvimento dos programas de HIV/SIDA do MEC (prevenção, mitigação e gestão)	MEC/DPEC /DDE/Escola	Número de escolas abrangidos pelos programas do MEC	50% %	60% %	70% %	80% %	90% %
Área	Educação										
Sub-Área	Desenvolvimento Institucional										
Objectivo Estratégico	Assegurar uma efectiva descentralização da gestão de sistema educativo para os distritos e escolas que tenha em atenção a planificação, a implementação e a prestação de contas a todos os níveis										
Indicador de Impacto	SISTAFE implementado a todos os níveis										

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2005)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Garantir o cumprimento das metas traçadas	Avaliação anual do Programa	Reuniões anuais de avaliação RAR		Reuniões anuais com todos os parceiros do sector	MEC	Programa avaliado e corrigido se necessário	RAR	RAR	RAR	RAR	RAR

N.B. Não há nada a registar nesta matriz, pois nenhum dado foi disponibilizado.

Área	Acesso a Terra para Habitação
Sub-Área	Segurança de direito de uso e aproveitamento de terra
Objectivo Estratégico	Assegurar o acesso a terra infraestruturada para habitação através da implementação de programas de urbanização
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Reduzir o nº de agregados sem acesso a talhão para habitação (de cerca de 20% em 2004 para 10% em 2009)	Nº de agregados sem talhão para habitação	20%	15%	Apoiar a implementação de planos parciais de ordenamento do solo	MOPH	Nº de talhões demarcados					
				Harmonizar o projecto de decreto de regulamento de solo urbano e submeter a	MOPH/ MICOA/ MINAG	Aprovação e implementação do Regulamento de solo urbano		X			

				aprovação pelo Conselho de Ministros							
				Promover campanhas de estudo e divulgação de legislação sobre terra e habitação	Municípios Órgãos locais Ministérios	Acções de estudo e disseminação de informação	Permanente				

Sub-Área	Durabilidade da habitação
Objectivo Estratégico	Garantir a durabilidade da habitação através da implementação de programas de melhoramento habitacional
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Promover o acesso a habitação adequada	Percentagem de famílias segundo material usado na cobertura Percentagem de famílias			Monitorar o treinamento de produtores de materiais de construção nas comunidades	MOPH	Nº de comunidades abrangidas		5	5	5	5
				Apoiar a instalação de centros de recursos para construção habitacional incluindo formação de extensionistas rurais		Nº de centros instalados		1	2	3	4
					MOPH	Nº de extensionistas formados		12	20	20	20

	segundo material usado nas paredes		Revisão do Regulamento de Edificações Urbanas	MOPH	Proposta de regulamento de edificações adequado ao contexto actual (incl. zonas rurais e urbanas)					
	Percentagem de famílias segundo material usado no pavimento		Elaborar o Regulamento da actividade de produção de materiais de construção	MOPH	Aprovação e divulgação do regulamento		X	X		

Área	Accção Social
Sub-Área	Desenvolvimento da Família
Objectivo Estratégico	Promover a estabilidade da família, estimulando e reforçando o seu papel na protecção dos seus membros
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Sensibilização da família para o seu papel na protecção dos seus membros	Número crescente de famílias acolhendo seus membros		200.000	Formar activistas para actividades de sensibilização	DPMAS	Activistas formados nas direcções provinciais		275	275	275	275
				Produzir instrumentos de sensibilização.	MMAS	Produzidos panfletos, cartazes, brochuras		X	X	X	X
				Realizar acções de sensibilização	DPMAS	Número de famílias sensibilizadas		50.000	50.000	50.000	50.000

Reforçar e expandir os Centros de Aconselhamento familiar e casas de acolhimento para protecção das vítimas de violência.	Aumento de procura de centros de aconselhamento e casas de acolhimento.		150.000	Divulgação dos serviços prestados	MMAS	Divulgação pelos órgãos de informação e pelos activistas		X	X	X	X
				Prestação de serviços	DPMAS	N. de pessoas que receberam apoio-psico-social, acompanhamento jurídico		37.500	37.500	37.500	37.500
	Existência de Centros de Aconselhamento e Casas de Acolhimento		60	Construção dos Centros e das Casas	DPMAS	Número de casa construídas		15	15	15	15
Desenvolvimento de planos e estratégias para prevenção e protecção das vítimas de violência familiar.	Existência de um plano e estratégia contra a violência			Formar pessoal em matéria de planificação e estatística	MMAS	Técnicos formados		33			
				Desenvolver uma base de dados		Base de dados instalada		X	X		

Área	Acção Social
Sub-Area	Desenvolvimento da Família
Objectivo Estratégico	Promover a estabilidade da família, estimulando e reforçando o seu papel na protecção dos seus membros.
Indicador de impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Fortalecimento da capacidade das comunidades para protecção das famílias infectadas e afectadas pelo HIV/SIDA.	Pessoas vivendo com HIV/SIDA gozando seus direitos, aceites e inseridas na comunidade		270.000	Produzir instrumentos de sensibilização.	MMAS	Produzidos panfletos, cartazes, brochuras		X	X	X	X
				Formar activistas.	DPMAS	Número de activistas formados		275	275	275	275
				Realizar campanhas de divulgação .	DPMAS	Número de pessoas beneficiárias de palestras.		67.500	67.500	67.500	67.500

Área	Acção Social
Sub-Área	Desenvolvimento da Mulher
Objectivo Estratégico	Implementar políticas e estratégias conducentes à redução da pobreza absoluta, em particular nas zonas rurais, tendo em conta a perspectiva de género
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicadores de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Concepção e divulgação de políticas e estratégias que promovam a igualdade de género.	Número de políticas aprovadas e implementadas por ano.	4	10	Submeter a aprovação, regulamentar e divulgar a política de género e estratégia de implementação.	MMAS NAM	Elaboração de planos, políticas e estratégias			5	5	
						Realização de seminários de divulgação (nº de seminários realizados/ano/província).				11	11

	Nº de instrumentos legais revistos e formuladas.		10	Fazer lobby , advocacia e participar na revisão dos dispositivos legais discriminatórios contra a mulher e propor a adopção de novos instrumentos legais.	MMAS CNAM	Número de instrumentos legais discriminatórios identificados.		4	3	2	1
	Nº de políticas e estratégias na perspectiva género.		5	Monitorar a implementação da integração das questões de género nas políticas, programas e estratégias dos sectores.	MMAS Conselho Técnico CNAM	Relatórios do CNAM	X	X	X	X	X

Área	Acção Social
Sub-Area	Desenvolvimento de mulher
Objectivo Estratégico	Implementar políticas e estratégias conducentes a redução da pobreza absoluta, em particular nas zonas rurais tendo em conta a perspectiva de género.
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Promoção de associações anti-pobreza e estabelecimento de parcerias	N. de associações anti-pobreza criadas.		200	Dinamizar e facilitar o associativismo no seio dos grupos mais vulneráveis, com vista o combate a pobreza.	MMAS/DN M	Campanhas de sensibilização para criação destas associações.		50	50	50	50

estratégicas de luta contra a pobreza.	Mulheres beneficiária de projectos de geração de rendimentos.		100.000	Implementar projectos de geração de rendimentos e de auto-emprego para apoiar mulheres chefes de agregados familiares com fraca capacidade económica.	INAS	Acções de Levantamento de potenciais beneficiários. Identificação dos projectos. Acções de capacitação.		25.000	25.000	25.000	25.000
	Parcerias estabelecidas com organizações que actuam no combate a pobreza		100	Identificação, seleção e estabelecimento de parcerias	MMAS/DPMAS	Parcerias estabelecidas.		25	25	25	25

Área	Acção Social
Sub-Area	Desenvolvimento de mulher
Objectivo Estratégico	Implementar políticas e estratégias conducentes à redução da pobreza absoluta, em particular nas zonas rurais tendo em conta a perspectiva.
Indicador de impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
-----------------------------	--------------------------------	-----------------------------	------------------	-----------------------------	--------------------	--------------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

<p>Divulgação da legislação nacional e internacional que protege a mulher</p>	<p>Nº de homens e mulheres com conhecimentos sobre legislação nacional e convenções internacionais ratificadas por Moçambique e relativos aos direitos da mulher.</p>			<p>divulgar os instrumentos internacionais de defesa dos direitos da mulher, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, CEDAW e a Lei da Família.</p>	<p>MMAS/ CNAM</p>	<p>Acções de capacitação, disseminação do conteúdo das leis, debates.</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>
---	---	--	--	---	-----------------------	---	----------	----------	----------	----------	----------

Matrizes Base de Indicadores e Metas para a Monitoria e Avaliação do PARPA II – Pilar do Desenvolvimento Económico

Pilar	Desenvolvimento Económico
Área	Gestão das Finanças Públicas
Sub-Área	Abrangência do orçamento, que inclui todos os recursos e respectivos gastos do Estado numa maneira adequada
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Reduzir o volume dos recursos externos para o Estado que não são reflectidos no Orçamento e na Conta Geral do Estado				1. Incluir a grande maioria dos fundos externos e receitas próprias nas áreas da Saúde, Educação e Estradas; 2. Abranger os restantes sectores				X		X	

Sub-Área	Consistência entre políticas e estratégias e as despesas do Estado
Objectivo	

Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Elaborar e apresentar o OE e os relatórios de execução do orçamento classificado por programas que demonstram o volume de fundos atribuídos às políticas chaves				<p>1. Conceber e acordar o formato e os procedimentos dum orçamento por programas;</p> <p>2. Apresentação do orçamento sob forma de programas em pelo menos duas áreas chaves;</p> <p>3. Aumentar o número de áreas com orçamentação por programas.</p>			X	X		X	

Sub-Área	Planificação e Orçamentação
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Descentralização e Desconcentração				<p>1. Expandir o processo de descentralização para todas as províncias e distritos;</p> <p>2. Adoptar os planos estratégicos provinciais e distritais como base de planificação e orçamentação;</p> <p>3. Optimizar o processo de recolha e de processamen</p>							

				to dos dados orçamentais a níveis distritais.							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Sub-Área	Execução Orçamental
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Aumentar a eficácia da despesa pública				1. Afectar os recursos públicos de acordo com os objectivos do PARPA; 2. Consolidar a realização de reuniões mensais de avaliação da execução da despesa pública com o MINAG, MEC, MISAU,							

				<p>MOPH e abranger outros Ministérios no âmbito do PARPA;</p> <p>3. Realizar acções de fiscalização aos Departamentos Financeiros das Instituições do Estado.</p>							
<p>Harmonizar as regras e os procedimentos de programação, execução e avaliação de recursos públicos</p>				<p>1. Melhorar a qualidade dos Relatórios Trimestrais de Execução do Orçamento do Estado;</p> <p>2. Actualizar as regras e os procedimentos de execução orçamental, de modo a</p>							

				<p>adequá-los ao SISTAFE;</p> <p>3. Divulgar e difundir nas instituições do Estado as regras e os procedimentos de execução orçamental;</p> <p>4. Formar recursos humanos no âmbito do SISTAFE;</p> <p>5. Consolidar a incorporação dos relatórios Trimestrais de Execução do OE de informação relativa à realização de despesas financiadas por fundos</p>							
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

				externos nas provincias.							
--	--	--	--	-----------------------------	--	--	--	--	--	--	--

Sub-Área	Gestão de Médio Prazo
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Visão de médio prazo da programação orçamental 2. Materialização do PARPA e do PG através do OE e PES 3. Melhorar a disciplina orçamental e a afectação inter e intra sectorial e territorial dos recursos; 4.				1. Fortalecer a harmonização entre os instrumentos de planificação e orçamentação a todos os níveis; 2. Detalhar o CFMP por programas nas áreas chaves; 3. Levar à discussão política sobre a							

Previsibilidade sobre a disponibilidade e de recursos e a implementação dos programas.				afecção dos recursos à etapa de preparação do CFMP e daí deduzir os limites para a programação anual							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

N.B. A matriz fornecida não clarifica a ligação entre os objectivos e as acções, daí que a sua ligação seja fiel à matriz original.

Sub-Área	Reforma Fiscal
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Estabelecer a Autoridade Tributária de				Estabelecimento da ATM, a							

Moçambique (ATM)				partir de Janeiro de 2006, cujos trabalhos de preparação estão em curso no corrente ano através de diferentes grupos de trabalho criados							
Aumentar progressivamente as receitas cobradas até 16-17% do PIB em 2010				1. Racionalizar a concessão de benefícios fiscais; 2. Alargar a base tributária.							
Aumento da eficiência e eficácia da administração fiscal				1. Análise dos benefícios fiscais concedidos; 2. Dar continuidade com as acções de formação no âmbito da							

				reforma fiscal, especialmente e dos novos impostos e outra legislação fiscal.							
Melhoria da gestão dos impostos				1. Consolidar o sistema de atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT) o que permitirá a melhoria do controlo do cumprimento das obrigações dos contribuintes e da fiscalização das diferentes actividades económicas trazendo como impacto o							

				<p>aumento da receita;</p> <p>2. Introduzir um novo sistema informático (SICR) para fortalecer a cobrança dos impostos e melhorar a gestão e simplificação de procedimentos na prestação de serviços pela Administração Tributária aos contribuintes;</p> <p>3. Garantir maior articulação, fluxo e partilha de informação e de dados entre DGI e DGA, com a</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

				<p>interface de ligação dos sistemas informáticos do IVA e das Alfândegas para permitir a troca via electrónica de informação em tempo útil;</p> <p>4. Incrementar o número de auditorias e inspecções, sobretudo no que diz respeito aos serviços e turismo;</p> <p>5. Implementar os sistemas de monitoria mensal dos impostos a pagar declarados pelos</p>							
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

				grandes contribuintes e mega projectos;								
				6. Expandir os serviços de Informação ao Contribuinte , através da criação de mais balcões de atendimento.								

Sub-Área	Património do Estado
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Coordenação de Gestão				1. Introdução do sistema							

<p>Patrimonial;</p> <p>2. Modernização do sistema de cadastro e registo;</p> <p>3. Melhoria do sistema de aprovisionamento de bens e serviços;</p> <p>4. Maior fiscalização do património do Estado.</p>				<p>informático na gestão patrimonial e na área de cadastro e registo a nível central, provincial e distrital, incluindo das empresas fornecedoras de bens e serviços ao Estado;</p> <p>2. Criação de condições tendentes ao melhoramento dos mecanismos de cobrança de receitas;</p> <p>3. Formação técnico-profissional de curto e médio prazos;</p> <p>4. Melhoria de</p>							
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

				<p>procedimentos para a realização de concursos para a adjudicação de empreitadas e a selecção de firmas para a provisão de bens e serviços às instituições do Estado;</p> <p>5. Realização de visitas regulares aos organismos do Estado, no âmbito da implementação da legislação sobre o Património do Estado;</p> <p>6. Início da verificação</p>							
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

				da legislação sobre o inventário dos bens do Estado.							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

N.B. A matriz fornecida não clarifica a ligação entre os objectivos e as acções, daí que a sua ligação seja fiel à matriz original.

Área	Financeira
Sub-Área	1. Regulamento e Supervisão do sistema financeiro
Objectivo Estratégico	<i>Reforçar a regulamentação e supervisão do sistema financeiro para minimizar os riscos de crises financeiras</i>
Indicador de Impacto	

Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
------------------	--------------------------------	-----------------------------	------------------	-----------------------------	--------------------	--------------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

1.1 Reportes financeiros ao nível do SF obedecem os padrões internacionais de reportes financeiros (IAS/IFRS)	<i>Reportar ao BM no formato IAS/IFRS</i>	Formação de Técnicos de Alguns Bancos	Todas as IC e SF deverão reportar ao BM no formato IAS/IFRS	1.1.1. Elaboração do Manual de Procedimentos para a implementação dos IAS/IFRS	BM	(1) Aprovação através de circular do BM e (2) aplicação do Manual de Procedimentos.		(1) *	(2) *		
				1.1.2. Alteração do Plano de Contas do Sistema Bancário (PCSB) de modo a conformá-lo com as IAS/IFRS	BM	(1) Aprovação, através de Aviso do BM e (2) aplicação do Plano de Contas do Sistema Bancário.		(1) *	(2) *		
				1.1.3. Alteração dos normativos prudências e dos modelos de reporte de informação financeira ao BdM de modo a conformá-los com as IAS/IFRS	BM	(1) Aprovação, através de Aviso do BM e (2) aplicação dos normativos prudenciais e dos modelos de reporte.		(1) *	(2) *		
				1.1.4. Monitorização da implementação das IAS/IFRS ao nível do Sistema Bancário	BM	Inspeções on-site e off-site e produção de relatórios pelo BM.		<i>Processo contínuo</i>			

<p>1.2. Cumprimento integral dos BCPs (Basel Core Principles)</p>	<p><i>Garantir uma supervisão eficaz das IC e SF</i></p>	<p>13 dos 23 BCPs aplicáveis em Moz. Estão a ser na integra cumpridos pela Banca Comercial</p>	<p>Aumentar o grau de cumprimento dos BCPs (é preciso indicar para quanto prevê-se aumentar</p>	<p>1.2.1. Cumprimento integral dos BCPs: (i) Gestão integral de riscos; (ii) supervisão em base consolidada, (iii) avaliação, classificação e cálculo de provisões mínimas da carteira de crédito e (iv) limites máximos de activos no exterior</p>	<p>BM</p>	<p>Aplicação dos normativos sobre Gestão Integral de Riscos e Limites de Activos no Exterior</p> <p>Aplicação dos normativos sobre Supervisão em Base Consolidada e Avaliação, Classificação e Cálculo de Provisões Mínimas da Carteira de Crédito</p>	<p>Aprovar uma meta razoável para a aplicação dos outros 10 princípios na sessão plenária</p>			
---	--	--	---	---	-----------	--	---	--	--	--

<p>1.3. Controlo eficaz das transacções feitas por via electrónica</p>	<p>Controlo efectivo dos limites fixados bem como as finalidades e os destinos dos fundos a transferir nas transacções cambiais e evitar o uso destes instrumentos para transacções ilícitas</p> <p>Atenção com as Operações da Western Union - canal privilegiado para transferência de capitais para o exterior</p>	<p>Existe Regulamentação genérica sobre KYC e Due Deligence</p>	<p>Os bancos cumprem as instruções do BM</p>	<p>1.3.1. Regulamentação de produtos financeiros electrónicos, nomeadamente cartões de crédito e débito, de modo a evitar que esses instrumentos sejam preferencialmente utilizados para exportação ilícita e branqueamento de capitais</p>	<p>BM</p>	<p>Formação e estágios de técnicos e aprovação de normativos</p>		<p>*</p>	<p>*</p>		
<p>1.4. Melhor intermediação financeira incluindo aquela que é dirigida às micro e pequenas empresas</p>	<p>Controlo efectivo de transacções bancárias, especialmente as transacções transfronteiriças</p>	<p>Havia legislação e normativos avulso</p>	<p>As instituições tenham capacidade de detectar e reportar operações suspeitas às entidades</p>	<p>1.4.1. Estabelecimento de rotina de supervisão no âmbito de branqueamento de capitais, com recurso ao SF</p>	<p>BM</p>	<p>Aprovação de Avisos e Circulares pelo BM e inspecções on-site e off-site e produção de relatórios pelo BM</p>		<p>*</p>	<p>Processo contínuo</p>		
				<p>1.4.2. Auditoria forense ao Banco Austral</p>	<p>PGR</p>	<p>Relatório de auditoria</p>		<p>*</p>			

	Esclarecer os factores que levaram à degradação da situação financeira da instituição e responsabilizar os implicados	Concurso e selecção da empresa responsável pela auditoria	competentes Estejam reparados os danos morais e materiais	1.4.3. Estratégia de Retirada do Governo do BIM bem como formulação de uma estratégia para regular a participação de empresas públicas no sector financeiro (incluídas no projecto FSTAP, com início nos finais 2005).	MF							
				1.4.4. Apresentação da Lei de Falência ao Parlamento	MF							
				1.4.5. Estabelecimento da Unidade de Investigação Financeira	MF							

	Garantir o funcionamento do sistema financeiro com grau elevado de responsabilidade de deontologia	Não havia Código de Conduta sobre Corporate Governance para o SF	Todas as instituições cumpram com o Código	1.4.6. Elaboração de Código de Conduta sobre Corporate Governance para o SF	BM / AMB	Aprovação do Código de Conduta sobre Corporate Governance para o SF, por Aviso do BM Inspeções on-site e off-site e produção de relatórios pelo BM									<i>Processo contínuo</i>
--	--	--	--	---	----------	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--------------------------

Área	Sector Financeiro
Sub-Área	2. Sistema Financeiro
Objectivo Estratégico	<i>Modernizar e expandir o sistema financeiro (novos instrumentos, maior cobertura regional, etc.)</i>
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
2.1. Introduzir novos Instrumentos				2.1.1. Avaliação e análise dos Fundos de fomento existentes.	MF						

alternativos de crédito	Cumprir as atribuições legais de regulamentação da LICSF	Não havia	Todas as intuições previstas tenham definidos os termos e condições do exercício da actividade	2.1.2. Estudar a viabilidade de fontes de financiamento alternativas: (i) fundos de garantia para sectores prioritários, (ii) capital de risco, (iii) Banco de Desenvolvimento	MF						
				2.1.3. Elaboração de normativos específicos que regem o funcionamento de outras espécies de instituições financeiras previstas na Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (LICSF), mas ainda não estabelecidas	BM	Criação de um quadro normativo legal, estágios e elaboração de normativos prudenciais	*	*			

2.2. Aumentar o acesso ao micro crédito	Atingir o maior número possível de potenciais investidores	Havia Decreto 47/98 e, posteriormente e Decreto 57/2004	Alargar os serviços financeiros às camadas de média e baixa renda e sector familiar	2.2.1. Divulgação, através de seminários, workshops e órgãos de comunicação social de legislação e regulamentação sobre micro finanças	BM	Órgãos de comunicação social e organização de Workshops, seminários	*	*			
	Dotar os inspectores de capacidade técnica para o exercício das suas funções	Não havia formação	Supervisão eficaz da actividade de microfinanças	2.2.2. Formação 'on the job' de inspectores responsáveis pela supervisão e acompanhamento de actividade de instituições de micro finanças, sujeitas à supervisão do BdM	BM	Visitas de estudo aos países de referência		*			
2.3. Aumentar o acesso ao crédito				2.3.1. Assistência ao sector privado na apresentação de projectos bancáveis (e.g. contabilidade, finanças, gestão, etc.); melhora da informação creditícia.	MIC?	Temos que ver se é o MIC o ministério responsável desta actividade em termos de programas de apoio as PME, etc.					

				2.3.2. Adaptação e implementação pelo sector privado das Práticas Contabilísticas, Medidas de Controlo Interno e Auditoria internacionalmente aceites.	MF						
				2.3.3. Tribunais comerciais para acelerar a execução de créditos não pagos; sector judicial específico para resolução de crimes financeiros.	Ministério da Justiça	Temos que obter informação da Justiça					

Área	Sector Financeiro
Sub-Área	3. Poupança Nacional
Objectivo Estratégico	<i>Aumentar a poupança nacional</i>
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
3.1. Aumentar as poupanças das famílias	-Protecção dos depositantes	-Não havia	-Todas	3.1.1. Estudar a viabilidade de seguros de depósitos para o SF	BM						

de renda baixa			instituições licenciadas participem no fundo	3.1.2. Regulamento do Fundo de Garantias de Depósitos para instituições de micro finanças, sujeitas à supervisão do BdM	BM	Aprovação do Regulamento e Criação do Fundo		*	*		
				3.1.3. Acesso das famílias de renda baixa ao sistema financeiro (extensão da rede comercial bancária, serviços de captação de poupanças alternativos).		Discussão na sessão plenária do grupo de trabalho sim se deve incluir esta realização na matriz, enquanto que tal como esta formulado são acções do âmbito dos bancos privados e não do Estado (Governo, BM, etc.)					
				3.1.4. Adaptação dos requerimentos dos bancos às realidades das populações (e.g. nas zonas rurais muitos indivíduos não tem BI pelo que não podem abrir uma conta no banco).		Discutir na sessão plenária se isto é possível e quem é que seria responsável da sua execução (Bancos, BM, Ministérios da Justiça o interior, etc.)					

3.2. Aumentar os serviços financeiros com o objectivo de estimular a poupança nacional				Nota: as actividades necessárias para atingir este objectivo são as mesmas que as definidas nos pontos 2.2 e 2.3		ver indicadores para as actividades definidas nos pontos 2.2 e 2.3.					
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

Área	Sector Financeiro
Sub-Área	4. Monetização da Economia
Objectivo Estratégico	Aumentar o grau de monetização da economia nacional
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
4.1. Aumento das trocas nas zonas mais recônditas.				A contribuição do Sector financeiro de Moçambique ao aumento das trocas nas zonas mais recônditas será feita por meio das acções recolhidas nos pontos anteriores desta matriz							

Área	Sector Financeiro
Sub-Área	5. Seguros e Protecção Social
Objectivo Estratégico	Melhorar o sector de seguros e protecção social
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
5.1. Melhorar o quadro regulador do sector de seguros	Aprovação dos Diplomas Legais do sector de seguros	Iniciada o processo da reforma legal no sector de seguros	Diplomas legais aprovados e consolidada a capacidade institucional da IGS	5.1.1. Elaboração de um regulamento sobre os Fundos de Pensões Privados, no quadro da Lei da Protecção Social a ser proposta ao Parlamento	IGS	Aprovação pelo Conselho de Ministros			*		
				5.1.2. Elaboração de proposta de Lei de Contrato de Seguro	IGS	Submeter a proposta de Lei de Contrato de Seguro à Assembleia da República				*	
				5.1.3. Revisão do regime jurídico das garantias financeiras exigíveis à actividade seguradora	IGS	Aprovação pelo Ministro das Finanças		*			
				5.1.4. Revisão da actual legislação da actividade seguradora	IGS	Submeter ao Conselho de Ministros				*	

				5.1.5. Elaboração de um plano de transição do sistema de contabilidade de seguros e de <i>repporting</i> , para se conformar com os IRFS	IGS	IGS		*			
				5.1.6. Capacitação institucional da IGS, mediante desenvolvimento de um programa de formação	IGS	IGS		*	*	*	*
				5.1.7. Contratação de assistência técnica de longa duração (dois consultores, por 24 meses, sendo um especializado em supervisão de seguro e outro em actuariado)	IGS	IGS		*	*	*	*
5.2. Melhorar o sector da protecção social				2.4.1. Revisão da legislação sobre Segurança Social.		Projecto de lei		X			
				2.4.2. Submeter a Lei de protecção social ao Parlamento, para aprovação		Aprovada a lei de protecção social pela Assembleia da República Produção e aprovação de regulamentos da lei.		X		X	X

				2.4.3. Estudo actuarial do INSS		TOR's Elaborados				X	
						Realizado o Estudo actuarial					X
				2.4.4. informatização global do INSS, para melhoria da administração do sistema.		Carregamento e actualização das bases de dados migradas		X	X		
						Concluída a informatização do INSS			X		
						Implementação e manutenção do sistema				X	X
				2.4.5. Rever a estratégia quinquenal de investimentos do INSS com vista a adequa-la à nova conjuntura económica do país		Elaborar os TOR's			X		
						Realização do Estudo				X	
						Implementação					X
				2.4.6. Alteração do plano de contas do INSS para conformá-lo a IAS (Padrões Internacionais de Contabilidade – International Account Standard)		Plano de contas do INSS conformado com o IAS		X	X		

Área	Sector Privado
Sub-Área	1. Ambiente de Negócios
Objectivo Estratégico	<i>Melhoria do ambiente de negócios para: (i) Incentivar o investimento (doméstico e estrangeiro) (ii) Facilitar a formalização do sector formal (iii) Criação de emprego</i>
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1.1. Actualização Legislação Económica	<i>Número de empresas licenciadas dentro dos prazos estabelecidos na lei</i> <u>Comercial</u> Processos de competência: Nível Distrital: 8 dias Nível Provincial: 15 dias Nível Cental: 30 dias <u>Industrial:</u> <u>Pequenas: 15 dias</u> Outras: 45 dias <u>Turismo: ??? dias</u>	Revisão dos regulamentos de Licenciamento industrial e comercial	Reduzidos os procedimentos industriais e comerciais	1.1.1. Simplificação, à luz da reforma do sector público, dos procedimentos para o licenciamento da actividade: A. comercial B. Turismo C. industrial	MIC MT MIC, MICOA, MISAU, etc.	Simplificados os procedimentos de licenciamento Industrial e Comercial. - análise dos procedimentos actuais - Redução dos procedimentos - Implementação e Monitoria	X				
				1.1.2 Balcões Únicos – Estabelecidos e consolidados em todas as províncias durante 2005/07, e outorgamento de plenos poderes para licenciamentos a longo prazo	MIC	% dos processos de licenciamento tramitado a traves dos BAU's	10%	25%	45%	70%	80%
				informatização dos registos notariais;	MJ	Registos notariais informatizados.					

				Rever regulamentação das inspecções de actividades económicas, principalmente as inspecções conjuntas	MIC/ MISAU/ MINTRAB						
--	--	--	--	---	---------------------------	--	--	--	--	--	--

Área	2. Emprego e geração de rendimentos
Sub-Área	Mercado de trabalho e protecção social
Objectivo Estratégico	<i>Promover o emprego e geração de rendimentos através (i) de formação profissional dos candidatos ao emprego (ii) apoio a criação de postos de trabalho (iii) alargamento da cobertura da segurança social a novas categorias de trabalhadores</i>
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
2.1 Aumento da empregabilidade dos cidadãos	Nº de pessoas em Moçambique que receberam formação Profissional			2.1.1 Implementação da Estratégia do Emprego e Formação Profissional	MITRAB	Aprovação Implementação	X	X	X	X	X
				2.1.2 Formar Micro e Pequenos Empresários em gestão de pequenos negócios nas diferentes categorias de actividades de geração de rendimento nas zonas rurais e urbanas e desempregados em diversas especialidades	MITRAB	Micro e pequenas empresários formados Número de desempregados formados		470 1.400	500 1.400	610 1.500	305 1.500
				2.1.3 Promover estágios profissionais, aprendizagem tradicional e formação de artesãos	MITRAB	Número de participantes envolvidos		885	885	900	900
				2.1.4. Construir novos Centros de Formação Profissional em todo o País	MITRAB	Nº de Centros de Formação Profissional construídos e equipados					3

				2.1.5. Reforço da parceria existente entre os Centros de Formação Públicos e Privados através da melhoria dos mecanismos de assistência técnica, monitoria e acompanhamento dos Centros de Formação Públicos e Privados		Parceria entre os Centros de Formação Públicos e Privado reforçada através da Implementação do Decreto 31/2001 (Sobre os Centros de Formação Profissional Privados)		Sistemática	Sistemática	Sistemática	Sistemática
2.2Promoção da criação de postos de trabalho, em todos os sectores da economia	Nº de pessoas que conseguiram emprego como resultado das políticas de promoção de emprego MITRAB			2.2.1. Promover a dimensão emprego em todas as política, programas e projectos sectoriais assegurando a adopção generalizada de uma economia pró-emprego na luta contra a pobreza absoluta	MITRAB	Criados mecanismos institucionais tripartidos para monitoria e gestão do número e qualidade dos postos de trabalho nos programas e projectos de desenvolvimento. Estabelecidas metas de postos a criar por cada programa e projecto de desenvolvimento público e privado.			X		
				2.2.2. Contribuir para a criação de postos de trabalho, em especial através das associações de produtores	MITRAB	Número de produtores associados.		620	415	965	465

				2.2.3. Acompanhar e monitorar as actividades produtivas das associações e cooperativas.	MITRAB	Número de produtores associados		Sistemática	Sistemática	Sistemática	Sistemática
				2.2.4. Identificar oportunidades de emprego e providenciar a colocação de candidatos ao emprego, para jovens recém graduados	MITRAB	Nº de candidatos colocados		4.000	4.000	4.000	4.000
2.3. Melhorar as condições de contratação e emprego no mercado de trabalho em Moçambique Melhorar o funcionamento do Mercado de Trabalho em Moçambique	Aprovação do Pacote legal que aparece como actividades da Coluna A		Pacote legal que aparece como actividades da Coluna A	2.3.1. Revisão da Legislação Laboral	MITRAB	Aprovada a nova lei do trabalho. Aprovados os regulamentos da lei.		X		X	X
				2.3.2. Inspecções – Revisão das práticas de inspecção bem como a legislação aplicável (Decreto 32/98 e Diploma Ministerial 17/90)	MITRAB	Instrumentos legais elaborados.			X		

				2.3.3. Resolução Alternativa de Disputas Laborais – Criação da Comissão e dos Centros de Mediação e Arbitragem Laboral.	MITRAB	Aprovado o instrumento legal que cria a Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral Criada a Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral Centros de Mediação e Arbitragem Laboral criados	X X		X	X	
				2.3.4 Implementar a estratégia de prevenção de conflitos laborais	MITRAB	Folhetos de temática laboral produzidos e distribuídos Acordos colectivos de trabalho celebrados e depositados no MITRAB	200 empresas 15.000 trabalhadores	300 empresas 25.000 trabalhadores	400 empresas 75.000 trabalhadores	400 empresas 75.000 trabalhadores	
2.4. aumentar a protecção social no mercado de trabalho e promover o trabalho decente.	População Moçambicana que recebe protecção social		Garantir a protecção social para cerca de 1/3 da população	2.4.1. Revisão da legislação sobre Segurança Social. 2.4.2. Submeter a Lei de protecção social ao Parlamento, para aprovação	MITRAB	Projecto de lei Aprovada a lei de protecção social pela Assembleia da República Produção e aprovação de regulamentos da lei.	X X		X	X	X

			ção moçambicana	2.4.3. Estudo actuarial do INSS	MITRAB	TOR's Elaborados				X	X
			Contribuir para redução dos índices de pobreza em relação aos sobreviventes para cerca de 2/3 da população moçambicana.	2.4.4. informatização global do INSS, para melhoria da administração do sistema.	MITRAB	Carregamento e actualização das bases de dados migradas		X	X		
							Concluída a informatização do INSS			X	X
							Implementação e manutenção do sistema				
					2.4.5. Rever a estratégia quinquenal de investimentos do INSS com vista a adequá-la à nova conjuntura económica do país	MITRAB	Elaborar os TOR's			X	
						Realização do Estudo				X	X
						Implementação					
				2.4.6. Alteração do plano de contas do INSS para conformá-lo a IAS (Padrões Internacionais de Contabilidade – International Account Standard)	MITRAB	Plano de contas do INSS conformado com o IAS		X	X		

Área	Sector Privado
Sub-Área	3. Sector Prioritário: Indústria
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

		Aprovada a Política de qualidade	Aprovação e implementação da Política da propriedade Industrial Implementação da Política de Qualidade	3.1.2 Formulação da política da propriedade Industrial e implementação da política de qualidade	MIC	<i>Política de Qualidade</i> - Aprovação Implementação <i>Política de Propriedade</i> Aprovação Implementação	X	X	X	X	X
		Negociações iniciadas com o Ministério de energia	Implementação de novas taxas	3.1.3. Estabelecimento das taxas da energia, da água e dos transportes para o sector produtivo.	MIC MPPH ME MTC MF	<i>Até finais de 2007 estabelecidas as taxas de energia, água e dos transportes para o sector produtivo</i> - Negociação junto as instituições relevantes - Estabelecimento das taxas - Implementação - Avaliação	X	X	X	X	X

3.2. Desenvolvimento das MPMEs (Micro, Pequenas e Médias Empresas)	<i>Numero de empresas criadas</i>	Elaborado o diagnóstico da situação das MPMEs	Aprovada a estratégia e criado e consolidado o funcionamento do instituto das MPMEs	3.2.1. Promover o surgimento de micro, pequenas e médias empresas aproveitando os recursos locais; estabelecer um programa de ligações nas MPMEs para melhorar a sua integração como fornecedores e clientes	MIC	Criadas pelo menos 200 empresas -Elaboração da estratégia para o desenvolvimento das MPMEs aprovação pelo conselho de Ministros - Criação do instituto de apoio as MPMEs - Implementação	X X	X	X	X	X
3.3. Aproveitamento da localização privilegiada do país	<i>Numero de empresas estabelecidas</i>			3.3.1. Promover o desenvolvimento de indústrias ao longo dos três corredores ferro-portuários, também através do estabelecimento de zonas francas	MIC/MPD	Estabelecida a zona franca industrial de Nacala e instaladas pelo menos 30 empresas - Estudo de viabilidade - Estabelecimento da zona		X	X		

3.5. Manutenção duma indústria sustentável	<i>Todas as industrias novas estabelecidas utilizem tecnologia que promovam o equilíbrio ecológico</i>			3.5.1. Assegurar a instalação de indústrias sãs, garantindo a manutenção do equilíbrio ecológico; quadro institucional para a promoção de tecnologias ambientais sãs.	MICOA	Garantir que as industrias licenciadas sejam industrias que mantêm o equilíbrio ecológico e que as existentes adoptem tecnologias que não poluam o ambiente o - Realização de vistorias no ambito de licenciamento industrial		X	X	X	
				3.5.2. Participar junto do MICOA nas auditorias ambientais aos estabelecimentos industriais	MICOA	Participar em todas as vistorias nas empresas industriais	X	X	X	X	
3.6 promoção da certificação dos processos produtivos e dos produtos	Numero de empresas certificadas	Levantamento de legislação existente	Análise e aprovação da legislação específica	3.6.1 Revisão da legislação específica da industria		Trinta empresas certificadas - Numero de revisoes	5	5	5	5	revisão de 5 legislações específicas

Área	Sector Privado
Sub-Área	4. Turismo
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Especifico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
4.1. Desenvolver e posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial	<i>Aumento do número de chegadas internacionais e diversificação das nacionalidades dos visitantes</i>	90% dos dos 711,060 visitantes são dos países vizinhos (2) Acordo do PTGL e do Libombo (3) Parque N. Limpopo e do Bazaruto	40% dos visitantes serem oriundos de países de outras regiões (2) Estabelecidos acordos de conservação transfronteiriça	4.1.1. Implementar programas específicos de marketing; Parceria para beneficiar do Campeonato Mundial de Futebol de 2010 na República da África do Sul	MITUR	Numero de balcões de informação turística (BIT) instalados e número de distribuição de material abrangido Escritorios de Marketing na RAS e Portugal % de visitantes oriundos de países de outros regiões	3	3	2 X		40%

			com todos países vizinhos	4.1.2. Criação de parcerias efectivas com os países vizinhos para uma integração regional	MITUR	Numero de balcões de informação turística (BIT) instalados e número de distribuição de material abrangido Escritorios de Marketing na RAS e Portugal % de visitantes oriundos de países de outros regioes	3	3	2					40%	
				4.1.3. Reabilitação e reorganização das áreas de conservação do país	MITUR	Estabelecimento de infraestruturas de manejo nos parques e reservas e exploração turística (% das áreas abrangidas)	Parque N. Limpo e do Bazaruto	25%	30%	35%					55%

4.2. Contribuir para a criação de emprego, crescimento económico e alívio à pobreza	<p>(1) Aumento do número de postos de emprego</p> <p>(2) Aumento da capacidade de camas e das PME's nas zonas do turismo</p> <p>(3) Aumento das receitas destinadas às comunidades circunvizinhas das áreas de conservação</p>			4.2.1. Promover negócios locais de apoio ao turismo	MITUR	% de crescimento de empresas locais nas principais áreas do turismo		Estabelecimento de mecanismos de gestão de fundos para apoio às comunidades nas ACTF's e Plano de turismo	Estabelecimento de infraestruturas comunitárias mínimas nas ACTF's. Demarcação de terras comunitárias (5%)	Criação e concessão de fundos às comunidades para desenvolvimento de projectos ecoturísticos e afins nas ACTF's (20%)	Concessão de fundos às comunidades (10%)	
				4.2.2. Promover pequenas e médias empresas locais no sector de turismo				% de crescimento de empresas locais beneficiados	10%	20%	25%	10%
				4.2.3. Promover o desenvolvimento participativo das áreas de conservação				<p>(a) Número de conselhos de gestão criados.</p> <p>(b) % de crescimento do valor da receita canalizada às comunidades locais</p>	(a) 1	(a) 2	(a) 3	(a) 5
								(c) 3 %	(d) 5 %	(b) 8 %	(b) %	

				4.2.4. Facilitação do acesso dos turistas ao país	MITUR	% de crescimento de chegadas internacionais		10%	12%	15%	20%
				4.2.5. Estabelecer quadro institucional adequado, desenhando estratégias para vários tipos de turismo (caça, cruzeiros, rural, aventura, etc.)	MITUR	Desenvolvimento de planos de desenvolvimento integrado do turismo nas APIT's (% áreas abrangidas)		10%	15%	22%	25%
				4.2.6. Facilitação do investimento (simplificação procedimentos, maior coordenação entre as diferentes entidades governamentais).	MITUR	% das aprovações de proposta de projectos	60%	65%	70%	72%	75%
				4.2.7. Formação da força de trabalho	MITUR	% do crescimento de pessoas formadas em turismo, hotelaria e gestão e protecção da conservação		5%	10%	12%	15%
	Facilidade na concertação com o sector empresarial no turismo	Existências de associações provinciais e frágeis	Conceção mais abrangente para diversos segmentos do sector empresarial	4.2.8. Criação da associação nacional de hotelaria e turismo	Sector Privado do Turismo (CTA)	Existência de uma associação (federação) do sector empresarial com carácter nacional	-	-	-	-	Existência de uma associação representativa para dialogar com Governo em matérias do turismo

	Participação activa do sector empresarial na definição e cumprimento da ética no processo de exploração dos recursos turísticos e intervenção no mercado	Aproveitamentos negativos por intervenientes oportunistas que mancham o sector e perigam os objectivos de sustentabilidade do sector.	Existência de um código de conduta para os operadores económicos no sector.	4.2.9. Criação de um código de conduta	Sector Privado do Turismo (CTA)	Existência de um código de conduta	-	-	-	-	Existência de um código de conduta
	Número de postos de emprego na hotelaria, turismo e similares e áreas de conservação p/fins turísticos	32,000	40,000	4.2.10 Emprego	MITUR	Número de novos postos de emprego	32,000	400	600	700	800

Área	Sector Privado
Sub-Área	6. Sector Prioritário Minas
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução	Metas				
							2005	2006	2007	2008	2009
Aumentar a participação do empresariado nacional no sector	Aumentar o número de operadores privados no sector mineiro para 750	683	750	Promover a realização de estudos geológicos, para a avaliação do potencial Carbonífero em áreas adjacentes ao jazigo de Moatize e outras localizadas nas províncias de Tete, Niassa, Cabo Delgado e Manica;	MIREM	Elaboração de estudos de viabilidade	683	705	735	745	750
	Aumentar o investimento privado no sector em 40%			100%		Prosseguir com programas de prospecção e pesquisa Instalar no país indústrias de processamento e de transformação primária	Cronograma das operações Plano de acção de actividades Implantar uma indústria de processamento		30%	40%	20%
Fortalecer o quadro legal e fiscal para	Aumentar o investimento,			Reforçar a capacidade de fiscalização da acção mineira							

atracção do investimento privado	receitas fiscais e exportações no sector mineiro	20	50	Divulgação da informação geológica de base no país	MIREM	Garantir a actualização da carta geológica					
				Consolidar o quadro regulador e prosseguir com a reforma institucional do sector		Incrementar a base de dados					
Pesquisar e inventariar recursos minerais	Aumentar o número de licenças concedidas para 650	483	650	Promover a pesquisa e prospecção de metais básicos, preciosos, ouro, diamantes, rochas ornamentais, jazigos de minerais industriais, etc)	MIREM	Acções de pesquisa e dessiminação da informação	483	515	605	630	650
				Promover o mapeamento geológico (carvão, zona costeira)		Elaboração do mapa geológico de Moçambique na escala: 1: 1000000 1: 50000 1: 50000					
Aumentar a contribuição do sector mineiro de pequena escala e artesanal no melhoramento da vida das populações				Dar o devido apoio técnico aos garimpeiros que consiste no melhoramento dos instrumentos de mineração	MIREM	Plano de acção de actividades					
				Prosseguir com o apoio na promoção de associações, cooperativas ou sociedades e outras formas de organização na extracção e processamento de minerais		Programa de capacitação técnico-profissional	4	6	7	8	8
Reduzir o índice de propagação do HIV no seio dos funcionários	Conhecer o número de funcionários contaminados			Promover acções educativas com vista a sensibilização dos funcionários sobre a doença		Plano operacional de combate					

	com o HIV / SIDA			Promover o uso do preservativo feminino e masculino	MIREM						
Assegurar o acesso ao tratamento médico dos doentes de HIV/ SIDA	Incorporar em todos os concursos públicos e projectos a componente HIV / SIDA e Género	3		Criar capacidade de atendimento dos funcionários padecendo de HIV/ SIDA	MIREM						
Incluir a componente HIV/ SIDA em todos os concursos públicos e em contratos de exploração mineira											
Promover programas de apoio e tratamento de funcionários e suas famílias											
Promover o acesso da mulher em todas as áreas de actividade do sector				Melhorar o acesso da mulher no processo decisório	MIREM						
				Incentivar a mulher nas acções de formação							
				Promover o enquadramento técnico adequado da mulher no sector							
				Incluir questões do género nos concursos de ingresso							

Área	Sector Privado
Sub-Área	7. Sector Prioritário: Comércio
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

				7.1.7. Avaliar o impacto da união aduaneira da SADC em 2010	MIC	Estudo elaborado Decisao tomada			X X		
				7.1.8. Avaliar as impplicações da adesão de Moçambique à SACU	MIC	Feita a avaliação (estudo) das implicações da adesão e decisão tomada pelo Governo			X	X	
				7.1.9. Melhorar a informação estatística (assistência técnica e financeira)	MIC/INE						
				7.1.10. Criar o quadro legal e institucional necessário (medidas de salvaguarda, anti-dumping, etc.)	MIC	Quadro legal e institucional criado Estudo Preliminar Normas Elaboradas			X	X	
				7.1.11 Capacitar as instituições envolvidas no comércio internacional e reforçar as missões diplomáticas em Bruxelas, Genebra e Washington	MIC	Acções de formação realizadas; um quadro afecto em - Washingotn - Genebra - Bruxelas.		X	X	X	

7.2. Facilitação do comércio	Tempo de desalfandegamento de mercadorias <i>(% de DUs processados em 48 horas ou menos a nível nacional)</i>	33%	80%	7.2.1. Desenvolvimento de infra-estrutura de Comunicação e Informação	DGA (Alex)	- Migração do Sistema VSAT (satélite) para cabo óptico do Sul e Centro do país (ampliação da banda de comunicação) - Migração da zona Norte para cabo óptico das TDM e integração com a rede da DGI.	- Sistema de comunicação (RENA) funcional desde 2002, com interligação com todas as principais Alfândegas e mais de mil utilizados registados.	X				
				7.2.2. Envio electrónico de Documento Único (DU)	DGA (Alex)	- Expansão para todas as operadoras e todas as Alfândegas	- Fase de teste realizada com sucesso em Maputo, com Despach antes seleccionados.	X				

				7.2.3. Implementação de Módulo de Trânsito e adopção de DU comum da Região	DGA (Alex)	- Implementada a troca electrónica de dados de importação e exportação, entre países da SADC	- Harmonização em curso com países da SADC	X				
				7.2.4. Instalar e operacionalizar um “Porto Seco” em Ressano Garcia (Terminal Rodo-ferroviário)	DGA (Alex)	Envolvidos os Sul-Africanos, sociedade civil e investidores e lançado o concurso e adjudicar a obra Porto construído Início de funcionamento	Reservado o terreno	X		X		
				7.2.5. Montar e implementar sistema de verificação electrónica de contentores através de “scanners”	DGA	“Scanners” operacionais nos portos de: Ø Maputo Ø Beira Ø Nacala		X X X				
				7.2.6. Capacitar os Técnicos das Alfândegas às exigências da modernização da legislação e procedimentos	DGA	Número de funcionários formados por ano		200	300	400	500	
				7.2.7. Promover a integridade nas Alfândegas	DGA	Aprovado Código de Conduta da Comunidade Empresarial		X				
7.3. Promoção da imagem de Moçambique no exterior				7.3.1. Estratégia de atracção de investimentos (estrangeiros e domésticos), com envolvimento de vários sectores.	MIC (Macaringue)							

7.5. Estabelecer a política e lei de concorrência	Política e Estratégia de concorrência aprovada	Efectuada a avaliação preliminar. Existência de: Oligopólios, monopólios e subfacturação, dumping, contrafacção (imitação fraudulenta e outras manifestações de concorrência desleal Informação sobre mercados e preços divulgados	Política e legislação sobre a concorrência implementada	7.5.1. Formular e implementar a política e legislação sobre a concorrência e, formação de quadros sobre a matéria.	MIC	Política e legislação sobre a concorrência elaborados, aprovados e implementados	elaboração	Aprovação da política e esboço da legislação	Aprovação da legislação	Implementação da legislação	Implementação e avaliação do impacto da legislação
---	--	---	---	--	-----	--	------------	--	-------------------------	-----------------------------	--

Pilar	Desenvolvimento Económico											
Área	Agricultura											
Sub-Área	Serviços Agrários											
Objectivo Estratégico	Aumentar a produtividade e produção Agrária											
Indicador de	Rendimento medio por cultura aumenta até 2009											
Coluna 1	Coluna 2	-3	-4		Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	-8	-9	-10	-11	-12
Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Nº	Realizações (Acções)	Respons	Indicador de execução/realização	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Aumentar o nível de adopção (%) de tecnologias e da informação aos produtores;	% de explorações que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia (pública, privada e ONGs)	20%		1	Gerar tecnologias agrárias adaptadas as diferentes zonas agro-ecológicas	IIAM	Nº de variedades de novas libertas	42	4	4	5	3
						IIAM	Nº de pacotes tecnologicos libertos					
						IIAM	Nº de novas raças existentes	0	0	0	2	1
						IIAM	Nº de dose de vacina de Carbunculos	700	900	1150	1400	1600
						IIAM	Nº de dose de vacina de Newcastle	2000	2000	2500	3000	3500
				2	Aumentar o acesso a tecnologia	DNER	Nº de pacotes tecnologicos disseminados, por tecnologia	7	7	7	7	7
						DNER	Nº de familias que receberam material de plantio melhorado por cultura					
						DNER	Nº total de produtores assistidos pelos serviços públicos de extensão (incl. Outsourcing)	193500	193500	222300	258300	500700
						DINAP	Nº de animais de traccão animal distribuidos	1058	565	952	1115	1180

				3	Aumentar o acesso a informação sobre tecnologias	DNER	Nº de horas de programa radio difundidos com mensagem de extensão	96	108	120	132	144
Facilitar o acesso aos insumos (sementes e agro-químicos);	% de peq. e med. explorações agrárias que usaram pelo menos um insumo			4	Promover controle de pragas e doenças associadas ao cajueiro e	INCAJU	Nº de cajueiros tratados		3100000	3700000	4500000	5400000
				5	melhorar a provisão de serviços de assistência veterinária	DINAP	Nº vacinadores comunitários formados	848	1010	1084	1131	1245
				6	Efectuar a monitoria e controle fitossanitário das culturas	DINA	Nr de produtores que beneficiaram de campanha publica fitossanitaria					
				7	Promover a multiplicação de sementes melhoradas	DINA	Nº de hectareas usadas para multiplicação de semetes local	410	787	905	995	1195
Promover a construçao e reabilitaçao das				8	infraestruturas pecuarias	DINAP	Nº de farmácias rurais instaladas;	15	24	23	18	20
						DINAP	Nº tanques carracidas sob gestão de	5	23	18	18	20
						DINAP	Nº de pontos de abeberamento de gado construidos;	80	46	44	47	44
				10	Promover a reabilitar regadios de pequena, média e grande escala	DNHA	Nr de hectares de regadio reabilitados					
				11	Abertura/reabilitação de estradas terciárias e viciniais		% da rede de estradas em boas e razoaveis					

							Nr de pacotes tecnologico para o melhoramento da producao e processamento animal						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Pilar	Desenvolvimento Económico											
Área	Agricultura											
Sub-Área	Serviços Agrários											
Objectivo Estr	Reduzir a vulnerabilidade dos produtores a situações de calamidades (secas)											
Indicador de Ir	Nº de pessoas vulneráveis											

Coluna 1	Coluna 2	-3	-4		Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	-8	-9	-10	-11	-12
Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Nº	Realizações (Produtos/Acções)	Responsável	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Promover sistemas de produção e tecnologias apropriadas a					Implementar a transferência de tecnologias agrárias para os produtores	MINAG	% de AF dos grupos alvo da SAN abrangidos pelos programas de transferência de tecnologia sobre o total					
					Gerar tecnologias agrárias adaptadas as	IIAM	Nº de variedades de novas libertas	42	4	4	5	3
						IIAM	Nº de pacotes tecnológicos libertos					
						IIAM	Nr de pacote tecnológicos de manejo das pastagens naturais	42	4	4	5	3
Prover sistemas de segurança (safety net) para os grupos mais vulneráveis;					Implementar programas de prevenção, gestão de riscos em insegurança alimentar e nutricional	MINAG	- quantidade de população que participa com sucessos nos programas					
					Disponibilizar serviços de crédito e poupanças para o grupo alvo da SAN (produtores ainda deficitários)	MINAG	Percentagem de pessoas com acesso ao crédito,					

					Criar um fundo para prevenção e mitigação de desastres naturais e outras emergências	MINAG	fundo estabelecido						
Facilitar acesso aos insumos					programas de fornecimento de insumos	MINAG	% de AF dos grupos alvo da SAN abrangidos pelos programas de						
Investimentos em infraestruturas que contribuam par reduzir o risco;					Promover a expansão de áreas irrigadas para o aumento da produção agária	DNHA	Nº de hectares de regadio construídos						
					Reabilitar ou construir esquemas de rega com fundos públicos	DNHA	Nº de hectares de regadio construídos						
					infraestruturas pecuárias	DINAP	Nº tanques carracidas sob gestão de associações	5	23	18	18	20	
						DINAP	Nº de pontos de abeberamento de gado construídos;	80	46	44	47	44	

Pilar	Desenvolvimento Económico											
Área	Agricultura											
Sub-Área	Serviços Agrários											
Objectivo Estr	Aumentar a renda dos produtores agrários											
Indicador de Impacto												
<i>Coluna 1</i>	<i>Coluna 2</i>	<i>-3</i>	<i>-4</i>		<i>Coluna 5</i>	<i>Coluna 6</i>	<i>Coluna 7</i>	<i>-8</i>	<i>-9</i>	<i>-10</i>	<i>-11</i>	<i>-12</i>
Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Nº	Realizações (Produtos/Acções)	Responsável	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Melhorar o acesso a informação e mercados agrários;					Prover um serviço de informação sobre oportunidades de mercado que passe pela criação de capacidade para a prestação desse serviço, o estabelecimento de parcerias para a sua implementação, e a utilização de formas de disseminação abrangentes e sustentáveis (Rádio e Televisão Nacionais e Comunitárias)	DE	% de agregados familiares que tiveram acesso à informação sobre preços					

					DE	Número de horas de antena transmitindo informação de mercado						
					DE	Número de seminários sobre perspectivas de mercado nas província						
				Melhorar a rede comercial capaz de prover os insumos de produção e promover o escoamento dos excedentes de produção.		Percentagem de mercados , rurais com insumos agrários e pesqueiros	56 Distritos	56 Distritos	50	%	30%.	
Promover a construção e reabilitação das infraestruturas de mercado				Construir ou reabilitar infraestruturas de mercados	DINAP	Matadouros/casas de matança construídos.						
					DINAP	Nº de Infraestruturas de comercialização de gado construídas;	11	17	10	12	7	
							4	19	16	8	9	
				Aumentar a capacidade de armazenagem e reduzir as perdas pós-colheita	DINA	Nº de silos construídos e disponíveis com gestão eficiente						
					DINA	Percentagem de explorações que têm celeiros melhorados por género e tipo de exploração						

Criar um quadro normativo e incentivos para o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de producao por					Identificar o quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fitossanitário	DINA	Nº de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos						
					Promover o estabelecimento de industria agária para a criação do valor acrescentado	INCAJU	000 tons de castanha processada ou % da castanha processada no pais						
						IAM	% da producao de algodão processada no pais (algodao-caroco, algodao-fibra)						
								86	90	90	95	95	
					Estabelecer um sector comercial diversificado e competitivo baseado no maneo sustentável dos recursos florestais e faunísticos	DNFFB e SPFFB	1. Número de indústrias estabelecidas						
							2. Número de fazendas do bravio estabelecidas						
								133	3	3	3	4	
								11	8	5	5	4	
Promover a organizacao de produtores	Associativismo				Associativismo		Nº de associações de produtores agrarias assistidos	1188	1200	1250	1400	2000	

Pilr	Desenvolvimento Económico
Área	Agricultura
Sub-Área	Gestão dos Recursos Naturais

Objectivo Estrat. Assegurar a gestao sustentavel dos RN's												
Indicador de Impacto												
Coluna 1	Coluna 2	-3	-4		Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	-8	-9	-10	-11	-12
Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Nº	Realizações (Produtos/Acções)	Responsável	Indicador de Produto / Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Garantir o acesso equitativo, e transparente aos recursos naturais (terras, florestas, fauna					Simplificar, consolidar e divulgar os procedimentos de autorização de direito de uso e aproveitamento de terra	SPGC/D NAT	% de processos tramitados no prazo de 90 dias ou menos	80%	85%	90%	95%	99%
					Divulgar a legislação sobre Terras pelas comunidades locais, pessoas singulares da boa fé, intervenientes na gestão e administração de terras, bem com às entidades nacionais e estrangeiras	SPGC/D NAT	Nr de campanhas (cursos, seminários, distribuição de materias, brochuras etc.)	1,431	1,869	1,991	2,201	2,208
					Envolver os agrimensores ajuramentados nos trabalhos de agrimensura, através de outsourcing, com vista a promover a	DNAT	Nr de Agrimensores envolvidos	57	77	104	138	178

					Melhorar o acesso das comunidades aos recursos florestais e faunísticos e manejo sustentável de florestas e fauna bravia	DNFFB e SPFFB	1. Número de comunidades com comités legalmente estabelecidos e planos de manejo aprovados	15	5	5	5	5
Prover informacao de inventario e utilizacao da terra, florestas					Digitalizar o Cadastro Nacional de Terras, desenvolver e implementar a infra-estrutura do sistema de gestão da	SPGC/D NAT	nr de processos digitalizados	8,203	9,219	10,681	11,153	11,191
					Levantar, inventariar e mapear a ocupação,	SPGC	Nr de hectares levantados, inventariados e mapeados nos distritos prioritários	629	1.267.077	1.917.851	2.013.836	576.863
					cartografia sistemática 1:50 000 com recurso a	CENACA RTA	Nº de folhas cartográficas actualizadas	0	48	450	450	259
					Adensar (mento) da rede geodésica Nacional	CENACA RTA	Nº de pontos geodésicos estabelecidos	0	50	100	150	200

					Digitalizar o Cadastro Nacional de Terras, desenvolver e implementar a infraestrutura do sistema de gestão da informação sobre terras e de outros recursos naturais associados do tipo multifuncional e único para todo país	SPGC/D NAT	nr de processos digitalizados						
Assegurar a fiscalização da exploração dos RN								8,203	9,219	10,681	11,153	11,191	
					Fiscalizar o cumprimento da legislação sobre terras e os planos de exploração para a assegurar a correcta implementação o desta bem como avaliar o grau do uso e aproveitamento da terra e recursos a ela associados;	SPGC	Nr de parcelas de terras fiscalizados						
								1,441	1,501	1,629	1,761	1,861	

				Assegurar a cobrança de taxas através de mecanismos apropriados em coordenação com as execuções fiscais;	SPGC/D NAT	Taxa cobradas	80%	90%	95%	95%	100%
				Criar os Serviços Distritais de cadastro com vista a facilitar o fluxo da informação sobre DUAT bem como a execução eficiente de serviços de cadastro ao nível local	SPGC	Nr de serviços ou representações criadas	30	50	60	73	73
				Formar e capacitar o pessoal do sector e o público em geral e, criar instrumentos	DNFFB e SPFFB	1. Numero de instrumentos legais produzidos e publicados	3	5	5	5	5
						2. Número de pessoas formadas e capacitadas	45	25	25	25	25
				Proteger e conservar os recursos florestais e faunísticos de forma efectiva para a provisão de bens e serviços ambientais	DNFFB e SPFFB	Redução das transgressões florestais e faunísticos	1098	-110	-110	-109	-110

Promover a introdução de tecnologias apropriadas para o manejo sustentável de RN's					1. Desenvolver tecnologias que promovam o uso e manejo sustentável dos recursos pecuários, agrícolas e naturais	IIAM	Nr de pacote tecnológicos para o melhoramento da fertilidade e conservação de solos					
						IIAM	Nr de pacote tecnológicos de manejo das pastagens naturais					
						IIAM	Nr de espécies com novos métodos de propagação					
					Fazer a conservação in e ex-situ de germoplasma bem como estabelecer bancos de germoplasma de campo	IIAM	Nr de bancos de germoplasma criados					
					Investigar os processos de regeneração e índices de crescimento das formações florestais para definir taxas sustentáveis de corte anual de madeira	IIAM	Nr de espécies madeiras com taxas de crescimento definidas					

					Desenvolver sistemas silviculturais para o estabelecimento e enriquecimento de espécies e formações florestais.	IIAM	Area (Nr de ha) enriquecida					
Promover gestão comunitaria dos RN					Melhorar o acesso das comunidades aos recursos florestais e faunísticos e manejo sustentável de florestas e fauna bravia	DNFFB e SPFFB	1. Número de comunidades com comités legalmente estabelecidos e planos de manejo aprovados	15	5	5	5	5

Área	Agricultura
Sub-Área	Promoção da Agricultura Comercial
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
8.1. Legalizada a livre transacção do título de uso e aproveitamento da terra, de forma a servir de colateral junto da banca comercial.	<i>DUATs¹ no mercado e regulado por simples registo notarial</i>	<i>DUATs não tem valor colateral para acesso a crédito</i>	<i>DUATs com valor comercial</i>	8.1.1. Estudo terminado e proposta de decreto ao Conselho de Ministro	MINAG	Decreto aprovado pelo CM.			DUAT c/ valor comercial	DUAT c/ valor comercial	DUAT c/ valor comercial
				8.1.2. Mapeamento de terras	MINAG	Mapas das zonas agro-ecológicas disponíveis.			Acesso facilitado	Acesso facilitado	Acesso facilitado
				8.1.3. Criadas zonas de desenvolvimento agrário rápido para a implementação de programas especiais para potenciar regiões seleccionadas.	MINAG	Investimento orientado para culturas estratégicas, zonas com potencial para programas na perspectiva da cadeia de valor.					30% a 40% de investimentos nas zonas rurais
8.2. Definidos padrões de sanidade e fitossanitárias dos produtos agrícolas	<i>Normas de qualidade definidas e publicadas e acessíveis</i>	<i>A produção nacional não é competitiva</i>	<i>Produtos com qualidade de no mercado</i>	8.2.1. Produtores dotados de pacotes tecnológicos e conhecimentos de gestão para responder às exigências de qualidade	MINAG	Pacotes tecnológicos com instruções sobre gestão		Normas técnicas publicadas			

¹ DUATs – Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra.

para um mercado competitivo (interno e externo)	<i>aos produtores</i>	<i>a por falta de qualidade</i>	<i>o nacional, regional e internacional.</i>	10.2.2. Programa de acção para a identificação do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária	MINAG	Reorganização do sistema de certificação sanitária			Acesso facilitado aos mercados	Acesso facilitado aos mercados	Acesso facilitado aos mercados
8.3. Financiamento agrário acessível, disponível e favorável a actividade agrária para a produção.	<i>Crédito da banca comercial ao sector agrário para investimento</i>	<i>O sistema financeiro actual não é favorável ao crédito</i>	<i>PMEs no sector agrário com acesso facilitado</i>	8.4.1. Capital de risco para agro-negócios em funcionamento; linhas especiais de crédito direccionadas à incubação de negócios (agro-negócios).	MINAG	Capital de risco a funcionar financiando agro-negócios.					X

	<i>o e de campanha facilitado para a produção.</i>	<i>actividade agraria</i>	<i>o ao credito de investim ento e de campan ha e pelo menos 80 unidades financiadas e 30% das empresas agrarias com seguro</i>	8.4.2. Estudadas novas oportunidades de financiamento para o sector agrário: seguro agrário e fundo de garantia, Fundo de Desenvolvimento Agrário, Banco Agrário.	MINAG	Estudo sobre o seguro agrícola e fundo de garantia e de desenvolvimento agrário.			Seguro agrário estabelecido	X
--	--	---------------------------	---	---	-------	--	--	--	-----------------------------	---

10.5.Promoção de culturas prioritárias, nomeadamente: milho amarelo, arroz, hortícolas, oleaginosas (soja) e frutas tropicais com potencial de consumo interno e de exportação.	<i>Promovida a cadeia de produção e valor de produtos prioritários (oleaginosas – soja; milho, arroz; e hortícolas) para o consumo interno e para a indústria de rações e hoteleira e para a exportação (em especial frutas</i>	<i>Grande parte das culturas praticadas não tem ligação com o mercado</i>	<i>Melhorar a produção e em 70% e reduzir os níveis de perdas pós-colehtita em pelo menos 10%</i>	8.5.1. Melhoramento do acesso dos pequenos agricultores à semente de qualidade: (i) reforço do comité nacional de sementes, (ii) sector privado na produção e comercialização de sementes, (iii) promoção da produção local de sementes e (iv) serviços de certificação se sementes.	MINAG	Semente de boa qualidade produzida e disponível aos pequenos produtores. Apoio técnico aos produtores assegurado pela DINA e DNER					70% da produção com alta qualidade para o consumo interno e externo.
				8.5.2. Participação nos controles integrados de pragas para as culturas prioritárias	MINAG	DINA assegura o controlo das pragas.			Culturas livres de pragas e doenças		

	tropicais)			8.5.3. Melhoramento da gestão das actividades pós-colheita e do acesso aos mercados: (i) associações de produtores na comercialização; (ii) difusão de informação sobre mercados; (iii) disseminar técnicas para aumentar a capacidade de armazenagem; (iv) investimento privado na comercialização; (v) instalação moagens e outras agro-indústrias e (vi) constituição de stocks de segurança de cereais e leguminosas de grão.		Silos construídos e disponíveis com gestão eficiente. Assistência técnica eficiente para a redução dos actuais níveis de perdas pós-colheita.						Perdas pós-colheita em apenas 10%
--	------------	--	--	---	--	---	--	--	--	--	--	-----------------------------------

Área	Pescas
Sub-área	
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultado	Estado actual 2004	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Aumentada a produção pesqueira	• Desembarques totais de pescado	100 mil tons	_ mil tons	1.1 Promover a aquacultura comercial (algas, camarão e	MP-dAq	• Aumentada a produção da aquacultura	1,0 mil tons	_ mil tons	_ mil tons	_ mil tons	5 mil tons

	aumentados de 100 mil para _ mil tons em 2009			bivalves)		comercial de 1,0 mil tons para 5 mil tons					
				1.2 Prospectar e realizar pesca experimental com vista ao desenvolvimento de novas pescarias (atum de linha, recursos de grande profundidade, cefalópodes, enguias, etc.)	IIP	<ul style="list-style-type: none"> Realizadas _ campanhas de prospecção ou pesca experimental durante o período 	Não prevista qualquer campanha	_ campanhas	_ campanhas	_ campanhas	_ campanhas
				1.3 Criar ou reabilitar infraestruturas de apoio à pesca artesanal	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> Criadas em centros de pesca _ instalações de fabrico de gelo e _ desembarcadouros no período 	1 fábr. gelo 1 desembarcadouro	_ fábr. gelo _ desembarcadouro	_ fábr. gelo _ desembarcadouro	_ fábr. gelo _ desembarcadouro	_ fábr. gelo _ desembarcadouro
				1.4 Reabilitar infraestruturas portuárias	MP-dEqP	<ul style="list-style-type: none"> Reabilitados os portos de Angoche, Beira (cais industrial e instalações de apoio) e Maputo (cais ind.) 	Não previstos trabalhos	Reabilitação de Angoche		Início dos trabalhos da Beira	Cont. dos trabalhos da Beira
2. Melhorados os níveis de abas-	<ul style="list-style-type: none"> Fornecimentos de 	80 mil tons	_ mil tons	2.1 Aumentar a produção da	MP-dAq	<ul style="list-style-type: none"> Aumentada a produção da 	_ tons	_ tons	_ tons	_ tons	_ tons

<p>tecimento ao mercado interno</p> <p>em pescado nacional</p>	<p>pescado nacional ao mercado interno aumentados de 80 para _ mil tons em 2009</p> <p><i>Acção transversal:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Segurança alimentar</i> <p><i>Reformular de forma a conter a expressão</i></p>			<p>aquacultura artesanal (peixe)</p>	<p>aquacultura artesanal de _ para _ mil tons</p>							
				<p>2.2 Reduzir as perdas pós-captura</p>	<p>IDPPE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As perdas pós-captura reduzidas de _% para _% (indicador restito aos distritos do Sul de Nampula) 	<p>_%</p>	<p>_%</p>	<p>_%</p>	<p>_%</p>	<p>_%</p>	
				<p>2.3 Incrementar o aproveitamento de fauna acompanhante do camarão</p>	<p>MP-DNAP</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O volume total de fauna acompanhante aproveitada pelas frotas industrial e semi-industrial aumentado de 1,2 mil tons para 2 mil tons 	<p>1,2 mil tons</p>	<p>_ mil tons</p>	<p>_ mil tons</p>	<p>_ mil tons</p>	<p>_ mil tons</p>	<p>2 mil tons</p>
				<p>2.4 Aperfeiçoar e diversificar técnicas de pesca</p>	<p>IDPPE</p>	<p>Cobertos anualmente _ centros de pesca por acções de experimentação e divulgação de artes de pesca</p>	<p>Um centro coberto</p>	<p>_ centros</p>	<p>_ centros</p>	<p>_ centros</p>	<p>_ centros</p>	<p>_ centros</p>

Objectivo Específico	Indicador de objectivo	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Produtos/Ações)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
				2.5 Experimentar e divulgar técnicas melhoradas de conservação e processamento de pescado artesanal	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> Cobertos anualmente _ centros de pesca por ações de experimentação e divulgação de técnicas melhoradas de conservação e processamento 	8 centros	_ centros	_ centros	_ centros	_ centros
				2.6 Incentivar a distribuição e comercialização de pescado e de insumos de pesca	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> O número de estabelecimentos de comercialização servindo a pesca artesanal aumentado em 45% Construídos _ mercados de peixe durante o período 	17 estabelecimentos no total _ mercados existentes	_ estabelecimentos no total _ mercados construídos	_ estabelecimentos no total _ mercados construídos	_ estabelecimentos no total _ mercados construídos	25 estabelecimentos no total _ mercados construídos
				2.7 Disseminar informação sobre os mercados de pescado	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação de informação comercial 	_ distritos cobertos	_ distritos	_ distritos	_ distritos	_ distritos

				e de insumos de pesca artesanal		expandida dos actuais _ distritos costeiros para _ distritos					
3. Aumentada a contribuição das Pescas para a melhoria da balança de pagamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Valor das exportações aumentado em _% • Custo da assistência técnica nas empresas industriais reduzido em _% até 2009 	90 milhões USD _ milhões USD	_ milhões USD _ milhões USD	3.1 Aumentar o volume das exportações originadas na aquacultura (camarão e algas)	MP/Sector privado	<ul style="list-style-type: none"> • O volume das exportações da aquacultura comercial aumentado dos actuais _ tons para 4 mil tons em 2006 e _ em 2009 	1,0 mil tons	_ mil tons	_ mil tons	_ mil tons	_ mil tons
				3.2 Incentivar o valor acrescentado em produtos da pesca	MP	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecido um quadro de incentivos ao surgimento de produtos da pesca de valor acrescentado • _ novos produtos da pesca de valor acrescentado, para exportação, surgidos a partir de 2007 		X	_ produtos	_ produtos	_ produtos

				3.3 Reforçar a capacidade do sistema de inspecção de pescado	INIP	<ul style="list-style-type: none"> • Um terceiro laboratório a funcionar até 2007 • _ técnicos recrutados e formados no período • Revista a legislação sobre a inspecção e a garantia de qualidade dos produtos da aquacultura 	2 laboratórios Não previsto	- técnicos	X - técnicos	- técnicos	- técnicos
--	--	--	--	--	------	---	--------------------------------	---------------	--------------------	---------------	---------------

Objectivo específico	Indicador de objectivo	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
				3.4 Garantir a qualidade do sistema de inspecção de pescado	INIP	<ul style="list-style-type: none"> • O INIP figurar na lista 1 da EU (ou seja, permanecer reconhecido internacionalmente como entidade competente na certificação da qualidade dos produtos da pesca 	É reconhecido	Continuar a sê-lo	Continuar a sê-lo	Continuar a sê-lo	Continuar a sê-lo

					exportados por Moçambique)						
				3.5 Apoiar a criação e certificar marcas moçambicanas para o camarão	MP/Sector privado	<ul style="list-style-type: none"> Pelo menos uma marca de camarão moçambicano registada nos principais mercados de exportação até 2007 		Apoiar	Certificar	Continuar certificação	Continuar certificação
				3.6 Estabelecer um sistema nacional de informação sobre mercados	MP-DNEP	<ul style="list-style-type: none"> O CIT emitindo regularmente e distribuindo uma informação sobre os mercados interno e internacional dos produtos da pesca moçambicanos a partir de 2006 	Não existe	X	X	X	X
				3.7 Valorizar a produção artesanal em termos de qualidade e de processamento para aumentar as suas possibilidades de exportação	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> Realizadas em _ centros de pesca acções de divulgação de melhorias da qualidade e de técnicas de processamento 	Acção esporádica	_ centros de pescas cobertos	_ centros de pescas cobertos	_ centros de pescas cobertos	_ centros de pesca cobertos

				3.8 Formar oficiais e outro pessoal técnico de bordo e incentivar a vinda de profissionais formados para a pesca	MP-DRH	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecidas no período _ bolsas de estudo para a formação de oficiais de bordo no país e no estrangeiro • Estabelecidos incentivos para atrair profissionais formados 	_ bolsas no total	_ bolsas atribuídas	_ bolsas atribuídas	_ bolsas atribuídas	_ bolsas atribuídas
4. Melhorado o estado das pescarias e da aquacultura para uma exploração sustentável dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Invertida a tendência para a queda da captura média por hora de arrasto na pescaria industrial de camarão • Estabilizada a captura média por dia de pesca na pescaria semi- 	<p>Inferior a _ kg por hora</p> <p>_ kg por dia de pesca</p> <p>_ kg por dia de pesca</p>	<p>Superior a _ kg por hora</p> <p>_ kg por dia de pesca</p> <p>_ kg por dia de pesca</p>	4.1 Reforçar a capacidade da monitorização das pescarias	MP (IIP)	<ul style="list-style-type: none"> • Até ao final do período, 2 pescarias industriais, 2 semi-industriais e 3 artesanais monitorizadas regularmente: <ul style="list-style-type: none"> - industrial de camarão - industrial de gamba - semi-industrial de camarão - semi-industrial peixe de linha - artesanal arrasto de praia - artesanal peixe de linha - artesanal 	1 pescaria	_ pescarias	_ pescarias	_ pescarias	7 pescarias
							X <i>(definir)</i>	X <i>(definir)</i>	X <i>(definir)</i>	X <i>(definir)</i>	X <i>(definir)</i>

	<p>industrial de peixe de linha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabilizada a captura média por dia de pesca na pescaria artesanal de arrasto de praia 					emalhe superfície					
Objectivo Específico	Indicador de objectivo	Estado actual (2004)	Meta (2009)	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
	<p><i>Acções transversais a formular:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ciência e tecnologia</i> 			4.2 Reforçar o controle e a fiscalização das actividades de pesca e aquacultura	MP-DNAP e MP-dAq	<ul style="list-style-type: none"> • Número anual de patrulhas marítimas realizadas aumentadas de _ para _ ao longo do período • Número anual de patrulhas aéreas realizadas aumenta-das 	– patrulhas	– patrulhas	– patrulhas	– patrulhas	– patrulhas

- *Ambiente*

		<p>de _ para _ ao longo do período</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número anual de embarques de fiscais aumentado de _ para _ ao longo do período • Número anual de acções de fiscalização de unidades de aquacultura aumentado de _ para _ ao longo do período 	_ acções	_ acções	_ acções	_ acções	_ acções
4.3 Apoiar a participação dos pescadores artesanais na gestão das pescarias	MP-DNAP e IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentado o número de comités de gestão de _ para _ ao longo do período 	_ comités	_ comités criados	_ comités criados	_ comités criados	_ comités criados
4.4 Capacitar os comités de gestão e concelhos comunitários de pesca	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> • _ membros formados no período 	_ formados no ano	_ formados	_ formados	_ formados	_ formados
4.5 Prosseguir o ordenamento da pesca artesanal e da	MP-DNAP e MP-dAq	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia para a pesca 	Contida no PDP e PDSP 02-	X			

				aquacultura		artesanal definida	06	X			
						<ul style="list-style-type: none"> Realizado um estudo sobre o ordenamento da aquacultura Preparada e em vigor nova legislação sobre o ordenamento da aquacultura 			X		
				4.6 Prosseguir a implementação do plano director estatístico das Pescas	MP-DNEP	<ul style="list-style-type: none"> A totalidade dos distritos costeiros cobertos pela re-colha de informação estatística da pesca artesanal até 2009 Constituídos bancos de dados para as pescarias abrangidas por 4.1 	_ distritos _ pescarias	_ distrito s _ pescarias	_ distrito s _ pescarias	_ distrito s _ pescarias	_ distritos 7 pescarias
Objectivo	Indicador de	Estado	Meta	Realizações	Responsável	Indicador de	Base	Meta	Meta	Meta	Meta

Específico	objectivo	actual (2004)	(2009)	(Acções)		Produto/Execução	2005	2006	2007	2008	2009
						<ul style="list-style-type: none"> A totalidade dos distritos dos grandes lagos cobertos pela recolha de informação estatística da pesca artesanal até 2009 Definidas a estrutura e as metodologias para todas as componentes do plano estatístico até 2009 	Não existe	_ distritos	_ distritos	_ distritos	_ distritos
				4.7 Reforçar a coordenação institucional na gestão de áreas aquáticas de preservação	MP-DNAP	<ul style="list-style-type: none"> Representantes do sector das Pescas integrados em todas as entidades responsáveis pela gestão de áreas aquáticas de conservação Planos de manio elaborados com a 	Não existem	X	X	X	X
						Casos isolados					X
							Não se verifica	X	X	X	X

						participação do sector das Pescas					
5. Melhoradas as condições de vida das comunidades pesqueiras	<i>(Transcrever alguns dos indicadores estabelecidos para os projectos de apoio da pesca artesanal ao longo da costa marítima)</i> <i>Acções transversais a formular:</i> <ul style="list-style-type: none"> • HIV/SIDA • Género • Ambiente 	<i>(Idem)</i>	<i>(Idem)</i>	5.1 Aumentar o aproveitamento da fauna acompanhante do camarão através da recolha por pescadores artesanais	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> • Fauna acompanhante recolhida anualmente por pescadores artesanais passa de _ para _ tons • A actividade de recolha de fauna acompanhante pelos pescadores artesanais integrada no sistema estatístico da pesca artesanal 	_ tons	_ tons	_ tons	_ tons	_ tons
				5.2 Encorajar a constituição de fundos provenientes do subsector industrial para financiar projectos de desenvolvimento nas comunidades pesqueiras	MP-DNEP/Sector privado	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo criado e aplicado em projectos de desenvolvimento em comunidades de pescadores artesanais 	Não existe	X	X	X	X
				5.3 Construir	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> • _ postos de 	_ p.	_ p.	_ p.	_ p.	p. saúde

				infraestruturas sociais nas comunidades pesqueiras	(MISAU, MEC, MOPH)	saúde, _ escolas, _ fontes de abastecimento de água construídos no período e _ km de estradas rurais reparadas no período com financiamentos mobilizados pelas Pescas	saúde _ escolas _ f. água _ km estrada	saúde _ escolas _ f. água _ km estrada	saúde _ escolas _ f. água _ km estrada	saúde _ escolas _ f. água _ km estrada	_ escolas _ f. água _ km estrada
--	--	--	--	--	--------------------	---	--	--	--	--	----------------------------------

Objectivo Específico	Indicador de objectivo	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
				5.4 Proporcionar serviços nas infraestruturas construídas	MISAU, MINED, MEC MOPH)	• Todas as infraestruturas construídas em funcionamento depois de concluídas	_ <i>(especificar)</i>	X	X	X	X
				5.5 Promover a constituição de conselhos comunitários de pesca	MP-DNAP e IDPPE	• Constituídos conselhos comunitários em _% dos centros de pesca até 2009	_% dos centros com CCP Não existe	_% X	_%	_%	_%

						<p>costeiros</p> <ul style="list-style-type: none"> • O número de beneficiários de financiamentos aumentado em _% até 2009 • Atingida uma taxa de recuperação de financiamentos de x% 	_% de recuperação	iá-rios _% de recuperação	iá-rios _% de recuperação	_% de recuperação	iá-rios _% de recuperação
Melhorada a competitividade e sustentabilidade da pesca comercial	<i>(Transcrever alguns dos indicadores estabelecidos na publicação das 100 maiores empresas de Moçambique)</i> <i>Acções transversais a formular: HIV/SIDA</i>	<i>(Idem)</i>	<i>(Idem)</i>	6.1 Melhorar as instalações de apoio à pesca comercial	MP-DNAP	<ul style="list-style-type: none"> • Entrepósitos frigoríficos reabilitados e/ou construídos nos 3 portos de pesca • Fábrica de gelo construída 	Todos em deficiente estado. Somente existem em Quelimane e Maputo		Porto _ Porto da Beira	Porto _	Porto _
Objectivo Específico	Indicador de objectivo	Estado actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009

						<ul style="list-style-type: none"> Abastecimento de combustível, água e energia eléctrica nos cais industriais dos 3 principais portos de pesca 	Soment e existe em Quelimane em estado deficiente		Porto _	Porto _	Porto _
				6.2 Promover a formação de pessoal técnico e gestor (de terra) para as empresas de pesca	MP-DRH	<ul style="list-style-type: none"> _ bolsas de estudo concedi-das no período 	Não existe	_ bolsas	_ bolsas	_ bolsas	_ bolsas
				6.3 Concluir a reforma da administração pública das Pescas	MP-IG	<ul style="list-style-type: none"> Reforma concluída até 2007 			X		
				6.4 Reforçar a formação de especialidades básicas em falta no sector	MP (EP)	<ul style="list-style-type: none"> Especialidades de biologia e extensionismo, fiscalização da pesca, inspecção de pescado e amostragem oferecidas na EP até ao ano 	MP-DRH e EP	-	-	-	-
6.Reforçada a presença institucional de promoção do desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Todos os distritos pesqueiros (costa marítima e 	_ distritos cobertos	_ distritos cobertos	7.1 Planificar e implementar acções de desenvolvimento através de métodos	MP-DNEP	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecidos procedimentos de auscultação para as acções 	- distritos cobertos	- distritos cobertos	- distritos cobertos	_ distritos cobertos	- distritos cobertos

junto das comunidades de pescadores	grandes lagos) cobertos pelas instituições de promoção do desenvolvimento da pesca artesanal até ao final do período			participativos		de desenvolvimento em todos os distritos abrangidos					
				7.2 Melhorar a recolha, tratamento e divulgação da informação estatística referente à pesca artesanal	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertos todos os distritos costeiros pelo sistema de recolha até 2007 • Cobertos todos os distritos dos grandes lagos pelo sistema de recolha estatística até 2008 • Estabelecida uma estimativa global da produção pesqueira artesanal até 	<p>– distritos</p> <p>Não existe</p> <p>Não existe</p> <p>Realizados de 5 em 5 anos</p>	<p>– distritos</p> <p>– distritos</p>	<p>– distritos</p> <p>– distritos</p> <p>X (pesca a marítima)</p>	<p>– distritos</p> <p>X (pesca continental)</p>	X

						2009 • Realizados censos gerais da pesca artesanal de 5 em 5 anos para a pesca marinha e continental					
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

Área	Infraestruturas: estradas, portos, etc.
Sub-Área	
Objectivo Estratégico	
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultado	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009

N.B. Não foram disponibilizados dados

Área	Infraestruturas: Energia
Sub-área	Melhoramento da Produtividade

Objectivo Estratégico	Aumento da Económica Nacional
Indicador de Impacto	

Objectivo Específico	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Produtos/Acções)	Respons.	Indicador de Produto/Execução	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Políticas ajustadas ao sector e gestão melhoradas	Estratégias e Planos de acção estabelecidas. (indicação da visão e da missão)			Elaborar Estratégia e plano operacional para orientação das actividades, incluindo identificação de pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças				realizado			
Capacitação institucional reforçada	Recrutamento e treinamento dos funcionários do Ministério			Elaborar programa de recrutamento e de treinamento de recursos Humanos							
Desempenho comercial e financeiro dos operadores melhorado	Possuir um regulamento e sistema de monitorização eficaz incluindo recursos alocados			Elaborar regulamentos e programas de monitorização ao operador para verificação do cumprimento do contrato programa					X		

	Plano de redução de perdas técnicas e não técnicas implementado			Negociar contratos programas com operadores, contendo indicadores referente a redução de perdas, aumento de colectas, medidas para redução tempo de indisponibilidade de energia, etc..	operadores			15%			
	Reduzir tempo de indisponibilidade e fornecimento			Implementação de programa de redução de perdas					X	X	X
	Identificadas alternativas de electrificação de baixo custo com vista a expandir a comercialização			Analisar a sustentabilidade das iniciativas de baixo custo				realizado	X		
Incentivar o melhoramento do desempenho comercial e financeiro da indústria fornecedora	Competitividade aumentada e melhorada a qualidade no fornecimento de bens e serviços			Pesquisar no mercado as ofertas de bens e serviços							